

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**OS SENTIDOS SOCIAIS E POLÍTICOS DA
BANANA NO MACIÇO DA PEDRA BRANCA**

LAYLA PRISCILA SOUZA MIRANDA

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Os sentidos sociais e políticos da banana no Maciço da Pedra Branca

Layla Priscila Souza Miranda

*Sob a Orientação da Professora
Annelise Caetano Fraga Fernandez*

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração Ciências Sociais.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

Seropédica, RJ

Setembro/2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento
Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

M519s Miranda, Layla Priscila Souza, 1991-
Os sentidos sociais e políticos da banana no maciço
da Pedra Branca / Layla Priscila Souza Miranda. -
2018.
85 f.: il.

Orientadora: Annelise Caetano Fraga Fernandez.
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PPGCS/Ciências Sociais, 2018.

1. A banana do Sertão Carioca. 2. A trajetória da
banana nos mercados orgânicos e agroecológicos, riscos
alimentares e a politização do consumo. I. Fernandez,
Annelise Caetano Fraga, 1967-, orient. II

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PPGCS/Ciências Sociais III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LAYLA PRISCILA SOUZA MIRANDA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/09/2018

Prof.^a Dr.^a Annelise Caetano Fraga Fernandez, PPGCS/UFRRJ (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Andreza Aparecida Franco Câmara, PPGS/UFF

Prof.^a Dr.^a Naara Lúcia de Albuquerque Luna, PPGCS/UFRRJ

EPÍGRAFE

Enquanto não modificarmos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo (Albert Einstein).

AGRADECIMENTOS

Sem orientação não é possível que haja conclusão de mestrado. Dessa forma quero agradecer imensamente aos esforços da minha orientadora Annelise Fernandez, pela paciência que teve comigo durante toda a orientação que recebi durante esse tempo, sendo um exemplo de dedicação profissional, que me apoiou e guiou até nos momentos em que acreditei ser impossível, sempre com discernimento e sabedoria.

Devo destacar também que sem pessoas queridas e que nos amam a nossa volta fica muito mais difícil de evoluirmos de todas as formas possíveis, pois é através delas que conseguimos força e discernimento para continuar. Sendo assim, quero agradecer ao meu esposo Diogo Campos, pela tolerância nos meus dias de nervosismo. Por ter me apoiado e acreditado em mim. Obrigada por crer na minha capacidade.

À minha família. Minha mãe, por ter me apoiado incondicionalmente e incentivado durante esses longos dois anos, sendo um exemplo de força e amor. Meu pai, por ter me ensinado a querer ser sempre uma pessoa melhor e a dedicar-me cada vez mais. Meu irmão, por ter me aturado nos momentos de estresse em semanas de provas e finalização da dissertação. Minha avó Leila, que é a pessoa com o coração mais lindo que já vi. Obrigada pelos dias em que conversou e auxiliou nos lanches da tarde feitos com tanto carinho e amor, buscando sempre se fazer presente em minha vida. Ao meu avô, que foi a pessoa mais incrível que já conheci e que sempre me mostrou a importância de se ter determinação e garra para alcançar os objetivos. Sinto sua falta.

A todos os meus amigos e amigas, que estiverem presentes ou que se fizeram presentes de alguma forma, mesmo distantes. Em especial, Izabel Barreto e Andrea Cristina. Obrigada por terem mostrado que a caminhada por mais pesada que seja, fica muito mais leve quando se têm amigas como elas por perto. Agradeço imensamente ao meu grande amigo Edivan que esteve presente comigo nas aulas de Antropologia, dividindo as experiências de sala de aula, me auxiliando nas leituras e compreensões dos textos e que me deu tanto apoio no decorrer de toda a minha dissertação.

A minha amiga, cunhada e confidente Aline Braga, que sempre esteve por perto me ouvindo e trazendo palavras de apoio e de conforto. À minha amiga de infância Daniele Nascimento que sempre esteve e tenho certeza de que estará presente nos momentos mais importantes da minha vida, fazendo com que eu me sinta amada e dizendo sempre que sou capaz.

Agradeço ainda ao CPDA, em especial à biblioteca, pois durante todo esse tempo foi fundamental na disponibilização de grande parte do material estudado. Em todas as minhas idas ao local, sempre fui muito bem recebida e atendida.

Por fim, agradeço aos produtores e consumidores das feiras de Campo Grande que dedicaram um pouco do seu tempo e atenção para me ouvir e conversar comigo, de modo que cada entrevista tenha contribuído imensamente para o enriquecimento deste trabalho.

A todos, o meu muito obrigada.

RESUMO

MIRANDA, Layla Priscila Souza. **Os sentidos sociais e políticos da banana no maciço da Pedra Branca**. 2018. 90p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

O presente trabalho irá tratar de uma análise dos discursos a respeito da banana do Maciço da Pedra Branca. A análise se dá na hipótese de que os discursos orais e escritos construídos em torno do produto nos mostram que não se trata apenas da banana que é comercializada, mas que existe a comunicação da história desses agricultores, e que não é contada apenas em feiras. Desse modo, como alguns agricultores alcançaram determinada notoriedade, eles dão depoimentos, contam histórias para pesquisadores e jornalistas, o que nos permite traçar a trajetória da banana, mas não no seu sentido de cadeia produtiva, em sua materialidade, mas dos discursos transacionais, em diferentes contextos, por agricultores, mediadores e consumidores. Sendo assim, tais discursos serão tratados através de uma análise teórica de Pierre Bourdieu, a fim de mostrar que os discursos construídos pautam o debate local, o que caracteriza possibilidades de ação e intervenção da população na produção e consumo da banana orgânica do Maciço da Pedra Branca.

Palavras-chave: Banana; Maciço da Pedra Branca; Discursos; Trajetória.

ABSTRACT

MIRANDA, Layla Priscila Souza. **The social and political senses of the banana in the massif of Pedra Branca.** 2018. 90p. Dissertation (Master in Social Sciences). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

The present work will deal with an analysis of the discourses regarding the banana of the Stone Massif. The analysis is based on the hypothesis that the oral and written discourses built around the product show us that it is not just bananas that are marketed but that there is a communication about the history of these farmers and that it is not only told at fairs. Thus, as some farmers have achieved a certain notoriety, they give testimonies, tell stories to researchers and journalists, which allows us to trace the trajectory of the banana, but not in its sense of productive chain, in its materiality, but in transactional discourses, in different contexts, by farmers, mediators and consumers. Thus, these discourses will be treated through a theoretical analysis of Pierre Bourdieu, in order to show that the discourses constructed guide the local debate, which characterizes possibilities of action and intervention of the population in the production and consumption of the organic banana of the Pedra Maciço White.

Keywords: Banana; Massa da Pedra Branca; Speeches; Trajectory.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa esquemático com a localização do Maciço da Pedra Branca.Pág.19

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 01** – Folha de rosto do livro *O Sertão Carioca*, de Magalhães Corrêa (1936).....Pág. 20
- FIGURA 02** – Imagem inventariada do livro *O Sertão Carioca*, de Magalhães Corrêa (1936).....Pág. 22
- FIGURA 03** – Bananas sendo colhidas por produtores do Maciço da Pedra Branca.....Pág. 32
- FIGURA 04** – Um dos produtores retira o cacho de bananas com o auxílio de uma foice.....Pág. 33
- FIGURA 05** – Um dos produtores cortando as folhas da bananeira para facilitar sua colheita posteriormente.....Pág. 34
- FIGURA 06** - Produtor fotografado colhendo os cachos de bananas.....Pág.38
- FIGURA 07** – Agricultor guiando o burro que é responsável pelo transporte das bananas.....Pág. 42
- FIGURA 08** – O produtor conhecido como “Seu Dino”, de 82 anos, junto a sua casa de pau a pique.....Pág. 43
- FIGURA 09** – O produtor “Senhor Bichinho”, como é conhecido no local, carregando as bananas que são comercializadas na feira do Rio da Prata.....Pág. 44
- FIGURA 10** – Os burros descendo o morro com as bananas que foram retiradas e que servem para consumo e comercialização nas feiras orgânicas.....Pág. 45
- FIGURA 11** – Burro em meio à floresta do Maciço.....Pág. 46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – A BANANA DO SERTÃO CARIOCA	18
O cultivo da banana orgânica do Maciço da Pedra Branca	30
Os diferentes discursos abordados	48
CAPÍTULO II – A TRAJETÓRIA DA BANANA NOS MERCADOS ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS, RISCOS ALIMENTARES E A POLITIZAÇÃO DO CONSUMO	56
A trajetória da banana orgânica do Maciço da Pedra Branca.....	56
Surgimento e avanço dos alimentos orgânicos e agroecológicos.....	59
A diferença entre consumidor verde e consumidor sustentável.....	73
A percepção dos riscos alimentares e a sociedade de risco.....	76
A politização do consumo	84
CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

INTRODUÇÃO

A banana está presente na paisagem brasileira, de modo que possui uma grande diversidade em sua espécie, podendo ser consumida de diferentes formas. É tida como um alimento de baixo custo e presente no cotidiano das pessoas, na alimentação de adultos e crianças. É também fonte de subsistência para agricultores que a cultivam em encostas sombreadas e, ao se especializarem nesta cultura de mercado, são denominados bananeiros (CORRÊA, 1936). No Maciço da Pedra Branca, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, a produção preservou características rústicas de cultivo e ainda depende da utilização de animais de carga para "puxar a banana" (FERNANDEZ E BAPTISTA, 2016), de onde as levam por um longo caminho até chegar ao seu destino.

No passado, a zona oeste era denominada de zona rural, ou Sertão Carioca. Ela abriga, portanto, a história da agricultura do Rio de Janeiro, que por muito tempo foi pólo de abastecimento agrícola da cidade. Ainda hoje, centenas de famílias de agricultores retiram tanto para seu próprio sustento quanto para a comercialização, bananas e caquis, aipim e hortaliças, além de outros frutos e verduras da região, como a taioba e a bertalha, alimentos tidos como tradicionais e que vêm ressurgindo no prato do carioca (FERNANDEZ et al., 2012).

O presente trabalho, portanto, tem por objetivo analisar a trajetória da banana em suas etapas de produção, comercialização e consumo, por meio da construção dos discursos acerca do tema, através de uma análise inspirada em Bourdieu (1994). Em especial, interessa estudar os processos sociais que conferiram a este produto o atributo

de banana orgânica e/ou agroecológica. Para isso, foram realizadas visitas a uma feira convencional e às feiras alternativas. As feiras convencionais são aquelas que conhecemos por serem feiras de bairro que vendem diversos produtos, sem que haja, necessariamente, a preocupação de um consumo consciente em relação à saúde ou às origens do que é vendido. Ou seja, não há a necessidade em saber se os produtos oferecem algum tipo de risco ao consumidor, como é o caso dos agrotóxicos, por exemplo, durante a toda a sua produção. Já as feiras alternativas são espaços que permitem o compartilhamento de valores que estão associados não apenas ao consumo como também à saúde de consumidores e produtores, tais como a feira agroecológica de Campo Grande e a Feira Orgânica do Rio da Prata, onde se estabeleceram conversas informais com agricultores e consumidores.

Também são analisados os discursos presentes em pesquisas documentais, em livros, jornais e artigos que tenham tratado do tema, seja a banana, ou as condições de vida dos seus produtores. Além disso, este trabalho se inspira na literatura sobre a trajetória dos objetos, em especial a perspectiva de Appadurai (2008) Kopytoff (2008) e também de Caroline Knowles, a partir do texto A trajetória de um chinelo (2014), ao afirmar que tal análise não se confunde com um estudo sobre cadeia produtiva, mas sim com a ideia de que trajetória dos objetos revela os envolvimento sociais nos quais estão situados.

Com relação às feiras, aqui me refiro principalmente as da zona oeste do Rio de Janeiro, que decidi estudar devido ao grande interesse que tinha em descobrir o perfil dos consumidores e produtores, bem como analisar como as relações ocorriam nestas feiras, onde é possível perceber o compartilhamento de representações sociais, significados simbólicos, características culturais, costumes e tradições, de modo a haver

relações mercantis que são sociais (COMUNELLO, 2010), ou seja, as feiras orgânicas são circuitos de comercialização com base exatamente nessas relações sociais, que se traduzem em conversas, trocas de experiências e diferentes discursos que surgem em meio a um ambiente de descontração, em meio à venda dos produtos, pois permite que haja o contato direto entre os produtores e os consumidores que, por meio de datas semanais ou mensais fixadas, podem se encontrar regularmente. Sendo assim, as feiras podem ser entendidas como uma forma de articulação de produtores e que vem ganhando visibilidade nas últimas décadas.

Sendo a banana objeto de pesquisa, busco analisar no primeiro capítulo os conflitos sociais e políticos presentes na região por meio exatamente desse produto, buscando compreender os modos de vida do agricultor, seus modos de produção, autoconsumo e mercado. As relações entre campo e cidade que historicamente ali se constituíram na perspectiva de autores tais como Armando Magalhães Corrêa, em sua obra clássica *O Sertão Carioca* (1936), além de Queiroz (1978), Fernandez (2009), Oliveira (2005), Musumeci (1987).

Para tratar dos temas acima apresentados, o primeiro capítulo elucida dados históricos referentes ao Maciço da Pedra Branca, bem como uma compreensão das relações sociais e políticas dos produtores de banana no Maciço da Pedra Branca. Assim, descreverei o processo de produção da banana e como este é elucidativo para pensar os modos de vida dos agricultores, as relações de poder, conflitos sociais e políticos presentes na região.

Através da observação, análise e trabalho de campo nas feiras, procuro pensar a importância da conversão à produção orgânica da banana para os agricultores, revertendo a invisibilidade da prática agrícola. O que se tem percebido é que através da

inserção dos agricultores na comercialização de orgânicos tem-se possibilitado algum tipo de autonomia¹ em sua produção, permitindo que esses agricultores sejam capazes de trabalhar e se autossustentar, gerando maior estabilidade e manutenção da agricultura familiar. Já com relação aos consumidores, busco compreender as representações dos consumidores sobre os benefícios que o alimento orgânico, em especial a banana, podem fornecer e as dificuldades ou facilidades que encontram por optarem por este alimento.

Ainda no primeiro capítulo, *A banana do sertão carioca*, serão abordados os aspectos de produção, de comercialização e consumo da banana, descrevendo os diferentes sentidos que esta adquire nos mercados convencionais ou alternativos, sejam as feiras orgânicas ou agroecológicas. Dessa forma, pretendo investigar, primeiramente, o modo de produção e comercialização dos agricultores das feiras orgânicas do Rio da Prata e de Campo Grande, a fim de compreender a trajetória da banana do Maciço da Pedra Branca e o modo de vida desses produtores. Além disso, analiso ainda as relações de comércio e consumo da banana orgânica dessas feiras, com o objetivo de compreender o motivo principal que leva os consumidores dessa região a optarem pelo produto, a fim de compreender os critérios de distinção entre a banana orgânica e as demais.

Já no segundo capítulo, *A trajetória da banana nos mercados orgânicos e agroecológicos, riscos alimentares e a politização do consumo*, é feito um estudo a respeito da trilha da banana seguindo a perspectiva de Appadurai (2008) de que há vida social na circulação de mercadorias, uma vez que a troca econômica é capaz de gerar

¹ Apesar de existirem inúmeras imposições burocráticas ligadas à certificação, a conversão à produção orgânica tem trazido novo incentivo para a manutenção das atividades agrícolas e portanto de autonomia como agricultor.

valores por meio da própria mercadoria que é trocada, de modo que esta mercadoria, nesse caso a banana orgânica presente na feira do Rio da Prata e na feira de Campo Grande, passa a ter um valor muito maior que apenas um produto, pois elas têm uma vida social, porém não deixando de lado o seu aspecto comercial.

Complementando ainda esse pensamento, pode-se pensar a banana orgânica como uma mercadoria não sendo produzida apenas como uma coisa, em seu sentido material, mas podendo ser vista também como outra coisa dependendo do valor que será atribuído a ela (KOPYTOFF, 1986). Ou seja, acredito que a banana orgânica, tanto do Rio da Prata como de Campo Grande, possui valores que vão além da sua comercialização, de modo que quem a vende e a consome a transforma em algo que é social, ou seja, o consumidor da banana orgânica, em especial, acredita na importância que este alimento tem e acaba por diferenciá-lo dos outros, de modo que essa banana deixa de ser apenas uma coisa, tanto para o consumidor quanto para o agricultor, e se constitui de valores que não são apenas comerciais.

No decorrer da pesquisa, nas idas às feiras e conversando com os produtores e consumidores, fui percebendo uma grande preocupação que ambos têm com os riscos presentes em alimentos não orgânicos, o que fez com que meu trabalho seguisse “novos horizontes”. Durante as entrevistas pude rever as minhas impressões e os primeiros discursos coletados me fizeram crer que uma das principais preocupações e até mesmo procura pelos orgânicos remete a questão dos riscos encontrados em alimentos com agrotóxicos, que são considerados por eles como sendo alimentos que não são “limpos”, o que leva à preocupação com a saúde e a segurança alimentar. Os muitos discursos encontrados e que valorizam a ideia de alimentação saudável, me fizeram acreditar na necessidade de tratar desta questão, na busca por entender tais riscos alimentares e a

ideia de politização da banana orgânica na alimentação, que se deu através dos discursos e trajetória.

No decorrer da pesquisa, foi notável a preocupação, tanto dos consumidores quanto dos produtores, com o uso dos agrotóxicos nos alimentos, de modo que o medo e o cuidado em tentar manter ao máximo uma alimentação limpa e saudável provavelmente seja um dos principais motivos que levam o consumidor a buscar por alimentos orgânicos. Desse modo, no Capítulo 02 foi feita uma análise acerca dos riscos que emergem na sociedade contemporânea, a fim de compreender melhor o espaço social em que estamos inseridos e o porquê de vivermos em uma sociedade considerada de risco, segundo autores tais como Beck (2011) e Giddens (2007).

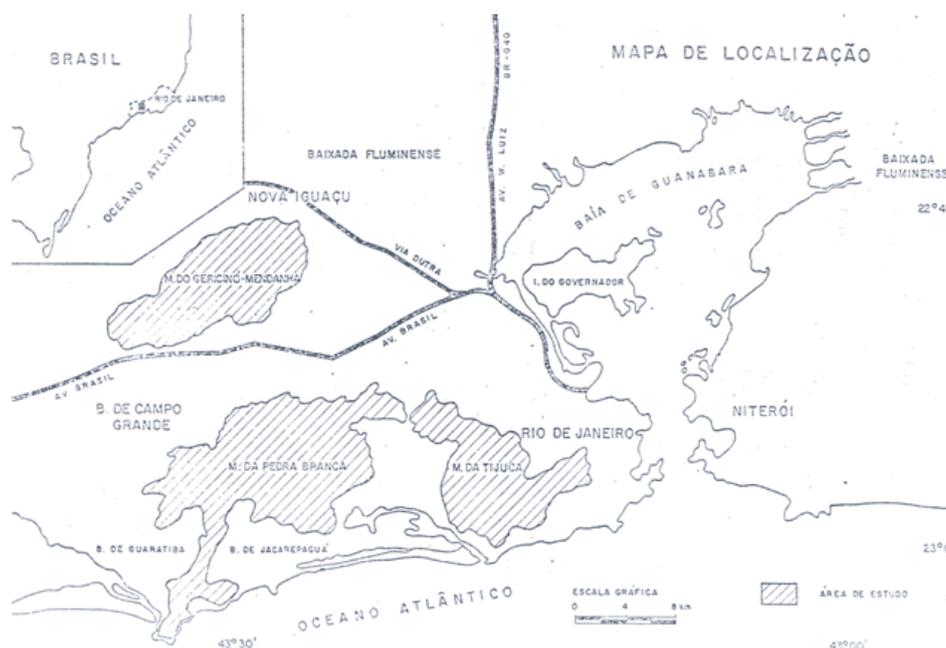
Para isso, como metodologia, portanto, foi realizado um trabalho de campo em feiras orgânicas e agroecológicas do Rio de Janeiro que comercializam a banana orgânica advinda do Maciço da Pedra Branca seguindo o pensamento de Appadurai (2008) de que há vida social durante a movimentação das coisas, nesse caso a banana do Maciço, de modo que acredito que através da circulação dessa banana, ela passe a ter uma significação que é social, adquirindo grande importância tanto para os produtores quanto consumidores. Como recurso metodológico ainda, foi feita pesquisa documental e de memória, como forma de adquirir informações que possibilitam uma análise desses temas. Tenho ainda o interesse em ressaltar os fatores sociopolíticos presentes na comercialização da banana orgânica local, analisando as dificuldades que surgem durante todo o processo.

CAPÍTULO I – A BANANA DO SERTÃO CARIOCA

O Maciço da Pedra Branca situa-se na parte central do Rio de Janeiro, ocupando 156 km², aproximadamente 10% da área da cidade. Sobre este maciço encontra-se o Parque Estadual da Pedra Branca, que apresenta várias entradas, na Estrada do Pau da Fome, no bairro Taquara; nas proximidades do Riocentro; no Camorim e em Campo Grande. Além disso, este parque encontra-se sob a direção da Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF – RJ). Próximo ao Maciço da Pedra Branca tem ainda o Maciço da Tijuca, que compreende aproximadamente 131 km² e situa-se a leste da cidade, próximo ao oceano. Este maciço é separado pelo da Pedra Branca por uma estreita passagem no bairro da Taquara e pela grande Baixada de Jacarepaguá².

² Disponível em: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/oficinas/geologia/hidrografia_rj/07.html. Acesso em: 12 de setembro de 2018.

MAPA 01 - Mapa esquemático com a localização do Maciço da Pedra Branca.



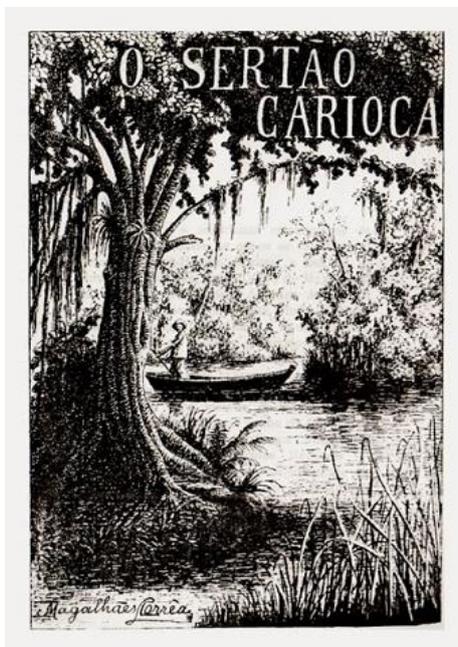
FONTE: Educação Pública (Autor desconhecido, 2018).

A obra de Armando Magalhães Corrêa, *O Sertão Carioca*³, que foi publicada em 1936, retrata bem o cenário do Maciço da Pedra Branca, conhecido como zona rural, e que, posteriormente, passaria a se chamar zona oeste do Rio de Janeiro. É uma obra que aqui nos interessa por ser a primeira a abordar o modo de vida dos agricultores locais, suas dificuldades e necessidades. Magalhães Corrêa trata ainda de falar em especial do bananicultor do então chamado Sertão Carioca, dando-nos uma visão de como eram as relações de produção da época, além do modo como a banana era cultivada e comercializada.

³ Sinopse retirada do site da FAPERJ: A primeira edição deste livro teve como propósito principal documentar o modo irresponsável pelo qual parte da Mata Atlântica da então capital federal vinha sendo deflagrada. Esses danos aumentaram bastante nas últimas décadas, fato este que mantém a atualidade do livro e torna oportuna sua reedição. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=3432.3.8>. Acesso em: 12 de setembro de 2018.

Logo, em perambulações por esse sertão — onde, depois de inúmeros passeios, comprou um pequeno sítio — Magalhães Corrêa escreveu crônicas e compôs belas ilustrações em bico de pena. Estas foram publicadas entre 1932 e 1933 no jornal Correio da Manhã. Em 1936, após incentivos do editor do jornal Ricardo Palma, e do intelectual Roquette Pinto, a Imprensa Nacional reuniu todo o material em um livro intitulado O Sertão Carioca. Embora aclamado à época, Magalhães Corrêa não chegou a ser considerado um autor importante, mas desde os anos 1990 começou a ser objeto de artigos acadêmicos. Ainda assim, o livro é mais valorizado pela minúcia do que pelo estilo. Em um dos prefácios, o próprio Roquette Pinto, no prefácio de O Sertão Carioca (1936), afirma: "*O pittoresco com que o artista soube descrever os diferentes e individualizados typos profissionaes do Sertão Carioca, faz perdoar o desleixo do estylo*"⁴

FIGURA 01 - Folha de rosto do livro *O Sertão Carioca*, de Magalhães Corrêa (1936).



FONTE: O Sertão Carioca, 1936.

⁴ Disponível em: vozerio.org.br/Sertao-Carioca. Acesso em: 22 de abril de 2018.

Por meio dessa leitura é possível perceber a rusticidade com que esse cultivo era feito, além de ser notório o abandono local existente na época. O autor se refere aos agricultores, como sendo “sertanejos”⁵ e nos traz uma dimensão da divisão que já existia na época entre o campo e a cidade, sendo o campo tido como atrasado e isolado. Logo, desde esse período, o campo já sofria com os processos de urbanização e modernização, que de acordo com Fernandez e Baptista (2016), levaram a uma série de transformações socioespaciais que contribuíram para a crescente invisibilização da agricultura do Sertão Carioca.

Marca, portanto, um passado histórico da agricultura da cidade do Rio de Janeiro ocupando a área da zona oeste da cidade, que por muito tempo foi polo de abastecimento agrícola do Rio. Na atualidade, a zona oeste carioca vem sendo alvo de grande expansão urbana e da especulação imobiliária devido aos megaeventos que foram investidos na cidade, porém, mesmo com o crescimento das atividades urbanas e industriais, o que se percebe é que a atividade agrícola persiste na região, de modo a possuir relevância econômica e social, uma vez que é fundamental para a manutenção das famílias de agricultores que fazem uso dessa prática como forma de subsistência, de onde tiram o seu sustento, buscando manter a territorialidade, bem como os seus modos de vida tradicionais (FERNANDEZ et al., 2012). Observa-se que a disseminação de práticas de cultivo orgânico e a disseminação de valores agroecológicos têm se fortalecido e ganham espaço na região por meio dos agricultores e das várias redes que foram sendo construídas.

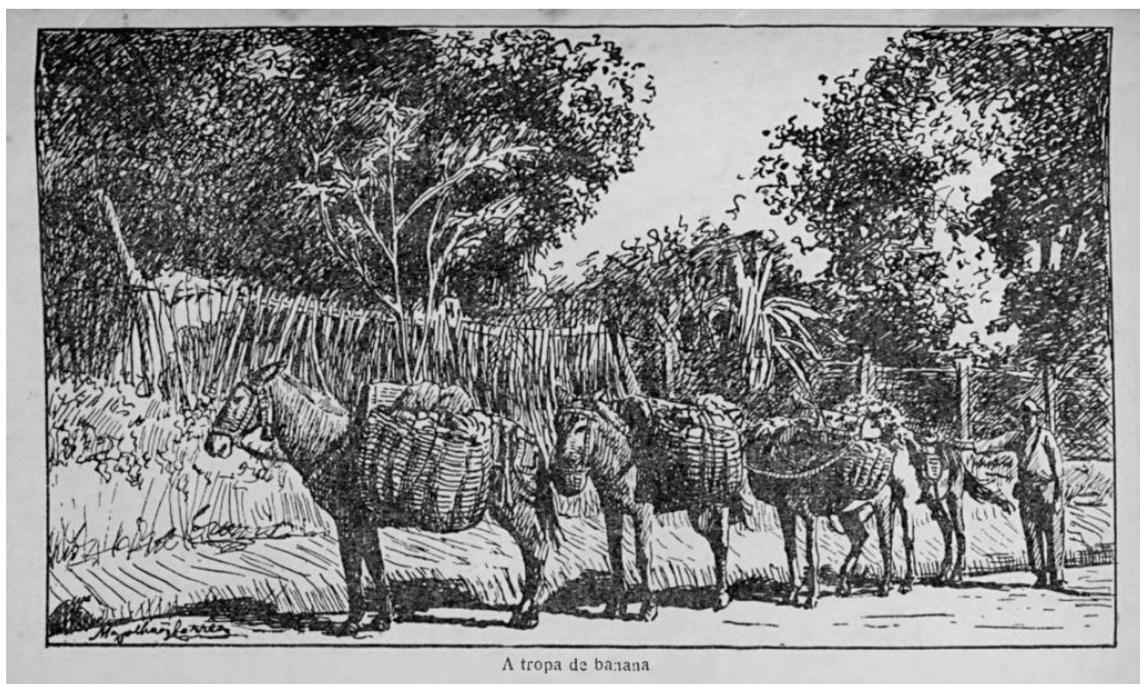
Segue abaixo o relato do então cronista da região do Sertão Carioca, Armando Magalhães Corrêa, com a descrição a respeito da rusticidade presente no transporte da

⁵ Tipo humano característico do interior do Brasil.

banana, bem como a discriminação encontrada nos modos de vida rurais dos produtores que sofriam pelo abandono das entidades governamentais:

Colhidos os cachos nos pés, vão sendo arrumados nos caminhos, para depois serem transportados por burros aos depósitos ou beira da estrada de rodagem e, daí conduzidos por auto caminhões ao centro de exportação, no centro urbano, ou por tropas, nos jacás das cangalhas dos burros. É verdadeiramente interessante verem-se os cargueiros ou tropeiros que sabem de todas as tocas da zona rural, alta noite, para chegarem, ao alvorecer, ao mercado, mas atualmente as autoridades não os deixam passar de um certo ponto, por acharem vergonhosa a tropa... (CORRÊA, 1933, p.142).

FIGURA 02 - Imagem inventariada do livro *O Sertão Carioca*, de Magalhães Corrêa (1936).



FONTE: *O Sertão Carioca*, 1936.

Já na década de 1930, o historiador Magalhães Corrêa defendeu a necessidade de proteção das florestas do Maciço da Pedra Branca como garantia da manutenção dos mananciais de abastecimento de água (CORRÊA, 1936). Na década de 1940 o governo federal instituiu as denominadas “Florestas Protetoras da União”, das quais, muitas situadas nesse maciço, a saber: Camorim, Rio Grande, Caboclos, Batalha, Guaratiba, Quininha, Engenho Novo de Guaratiba, Colônia, Piraquara e Curicica, todas com captação de água para abastecimento (FERNANDEZ, 2016).

Em abril de 1963, o Decreto nº 1.634 declarou a área do maciço como de utilidade pública para fins de desapropriação (IEF, 2006), mas foi em 1974, após 10 anos de estudos, que o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) foi criado, por meio da Lei Estadual nº 2.377, de 28 de junho de 1974, compreendendo todas as áreas situadas acima da linha da cota de 100 metros do Maciço da Pedra Branca e seus contrafortes, cujos limites englobam, inclusive, as diversas Florestas Protetoras da União ali existentes.

Segundo o plano de manejo do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), o Maciço da Pedra Branca, juntamente com o Maciço da Tijuca, representam os dois grandes blocos de montanhas que estão presentes na cidade do Rio de Janeiro. Essas áreas são estratégicas, não só pela cobertura florestal que possuem, mas também pela manutenção de áreas de mananciais e sua contribuição para o abastecimento hídrico e equilíbrio ambiental e climático da cidade do Rio de Janeiro⁶.

⁶ Plano de manejo do Parque Estadual do Pedra Branca (PEPB). Disponível em: <http://www.femerj.org/wp-content/uploads/Plano-de-manejo-do-Parque-Estadual-da-Pedra-Branca-PEPB-2.pdf>. Acesso em: 09 de agosto de 2018.

Tendo sido criado em 1974, o PEPB teve como uma das justificativas para sua criação a proteção dos mananciais que abastecem a zona oeste da cidade. Em estudo para a sua criação datado de 1971 (FERNANDEZ, 2016), constava a existência de uma agricultura em decadência que não conseguia mais fazer frente ao processo de urbanização da região (FERNANDEZ, 2016). Como muitos outros parques no Brasil, definidos como parques de papel, no PEPB as formas prévias de ocupação não foram consideradas, como tampouco foram equacionadas suas condições fundiárias. Sem a dominialidade pública, há um conflito permanente entre os ideais de visitação pública e os espaços privados e / ou comunitários de seus habitantes prévios. Os usos sociais do Sertão Carioca com sua gente “sertaneja” (FERNANDEZ, 2016) subvertem assim os ideais civilizacionais e científicos atribuídos aos parques e, portanto, precisam ser invisibilizados (FERNANDEZ, 2016).

Logo, no plano das políticas ambientais, a ameaça de urbanização sobre as encostas e mananciais do Maciço da Pedra Branca foi acionada como justificativa para a criação do Parque Estadual da Pedra Branca, no ano de 1974. A partir desta data, o Estado, através do poder legal de nomear este território protegido, definiu novos usos e representações para esta parcela do Maciço da Pedra Branca (FERNANDEZ, 2016).

Sendo assim, acredito na necessidade de tratar das questões relacionadas ao território, visto que estamos falando de um local que apresentou e apresenta até então conflitos socioespaciais, sendo um território sob proteção, controlado pelo Estado e regido sob regras específicas, que apresenta múltiplas territorialidades (FERNANDEZ, 2009) ou formas de apreensão e apropriação do espaço, que se inscrevem na dinâmica de ocupação dos usos e modos de vida das populações ali estabelecidas, que antecedem a criação do Parque (FERNANDEZ, 2009).

Em meio a diversas significações e conceitos em torno do que é considerado território, ficarei com a ideia de Diegues (FERNANDEZ, 2009), de que território não é um todo indiferenciado, mas composto por diversos lugares, com diferentes usos e significados. Para Sathler (FERNANDEZ, 2009), territorializar é afirmar, dar sentido, ligar por laços econômicos, políticos e até mesmo simbólicos de um determinado grupo social a um espaço determinado.

Com relação ao Parque, pode-se dizer que este se trata de um espaço reservado à conservação, mas que também evoca sentimentos de pertencimento, orgulho e identidade nacional e que, por ambas as razões, deve permanecer intocado, uma vez que a criação de parques nacionais também se inseriu em um contexto político de intensa reflexão sobre a identidade nacional e os caminhos possíveis de desenvolvimento (FERNANDEZ, 2016). Além disso, segundo Fernandez (2016), seu caráter público ganha também um sentido nacional, à medida que os parques passam a ser concebidos como guardiães de qualidades intrínsecas de uma nação: a beleza, a autenticidade de paisagens, a riqueza de sua flora e de sua fauna.

O PEPB traz à tona categorias tais como questões identitárias e de território, portanto é importante destacar alguns conceitos que são tidos como fundamentais para a compreensão do que tem sido e de como é visto o Parque. De acordo com Haesbaert (2004), existe uma amplitude de conceitos em torno do que seria então considerado território. Para ele, apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com o enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Irei me abster aqui ao conceito antropológico do autor, que destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudos das sociedades ditas tradicionais (HAESBAERT, 2004), ou seja, seguindo o aspecto

cultural ou simbólico-cultural, de modo a priorizar a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto como o produto de apropriação / valorização simbólica a um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Além disso, o autor irá tratar ainda do conceito de desterritorialização. O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir, segundo Guattari e Rolnik (HAESBAERT, 2004), uma vez que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território (HAESBAERT, 2004), “é a operação da linha de fuga”.

Logo, desterritorializar, é negar, inverter o sentido de ligação entre grupo social e o espaço delimitado. Dessa maneira, se por um lado o Parque Estadual da Pedra Branca impôs novas fronteiras, visões e divisões sociais (FERNANDEZ, 2009), gerando novos processo de desterritorialização, por outro, novas formas de territorialização foram aos poucos sendo construídas por seus habitantes, ressignificando o território (FERNANDEZ, 2009). Sendo assim, o território enquanto espaço vivido das populações é resultante das inúmeras inter-relações com estruturas políticas, econômicas e ideológicas que acabam por exercer seus efeitos sobre o lugar (FERNANDEZ, 2009).

Desse modo, o Parque Estadual da Pedra Branca possui uma infinidade de significações sociais, o que permite que tenha uma importante contribuição na compreensão das formas de territorialização no Maciço da Pedra Branca (FERNANDEZ, 2009), sendo oficialmente um território destinado à conservação da natureza, mas que permaneceu também como fonte de subsistência dos agricultores que cultivam a banana, e ainda dependem da utilização de animais de carga para transportá-la (FERNANDEZ E BAPTISTA, 2016).

Diegues, em seu texto “A mito moderno da natureza intocada” de 1996, busca conscientizar as pessoas acerca das áreas naturais que são protegidas, tratando principalmente do primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, que era tido pela ideologia “preservacionista” americana, de modo que para o autor a criação de parques nacionais é capaz de gerar grandes conflitos sociais, afetando diretamente na vida dos habitantes locais.

A corrente preservacionista que serviu de ideologia para o movimento conservacionista americano, vê nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza, de grande beleza, dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbanoindustrial. Baseia-se, sem dúvida, nas consequências do avanço do capitalismo sobre o oeste selvagem, nos efeitos da mineração sobre rios e lagos americanos. Dentro dessa perspectiva. Dessa forma, qualquer intervenção humana na natureza é intrinsecamente negativa. Por outro lado, desconsidera o fato de que os índios americanos tinham podido viver em harmonia com a natureza por milhares de anos. Esse modelo de convivência parece não ser mais possível para aqueles ideólogos da "conservação" (DIEGUES, 1996).

Para o autor (DIEGUES, 1996) conservacionistas tradicionais veem o valor estético, biológico e ecológico, mas não necessariamente veem as populações humanas. Muitas vezes eles não conseguem ver os efeitos das ações humanas do passado ou do presente, nem diferenciar os diversos tipos de uso, ou reconhecer o valor econômico de um uso sustentado.

Sendo assim, a criação dos parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, uma vez em que beneficiava (e ainda beneficia) as populações urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos. A ideia de

que a natureza tem um valor em si mesma provém basicamente dos que advogam direitos ao mundo natural independentemente da utilidade que possa ter para o homem (DIEGUES, 1996).

Ainda de acordo com Diegues (1996), esse modo de preservação por meio de áreas naturais protegidas é inadequado e injustamente seletivo, pois privilegia áreas naturais que são apelativas do ponto de vista estético, segundo valores ocidentais, como as florestas, grandes rios, canyons, discriminando áreas naturais menos "nobres", como pântanos, brejos etc, ainda que estas possam ser essenciais para o funcionamento dos ecossistemas.

Diegues (1996) traz ainda a crítica da noção de "mundo natural" que reflete uma percepção das populações urbanas a respeito da natureza: O conceito de 'wilderness' (mundo natural/selvagem) como terra intocada ou domesticada é, fundamentalmente, uma percepção urbana, uma visão de pessoas que vivem longe do ambiente natural de que dependem como fonte de matéria-prima. Os habitantes da zona rural têm percepções diferentes das áreas que os urbanos designam como wilderness, e baseiam seu uso da terra em visões alternativas. Os grupos indígenas dos trópicos, por exemplo, não consideram a floresta tropical como selvagem: é sua casa. Muitos agricultores entram numa relação pessoal com o meio ambiente.

A natureza não é mais um objeto, mas um mundo de complexidade em que os seres vivos são frequentemente personificados e endeusados mediante mitos locais. Alguns desses mitos são baseados na experiência de gerações e suas representações das relações ecológicas podem estar mais perto da realidade que o conhecimento científico. O termo conservação pode não fazer parte de seu vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções das relações do homem com a natureza (DIEGUES, 1996).

Outra questão importante é que desde que, em 1974, uma grande parcela do território foi reduzida ao Parque, aumentou a questão da invisibilidade da agricultura no local, pois a partir disso ocorreu a veiculação e mediação de representações do espaço com sendo uma floresta intocada, o que tem levado ao esquecimento da trajetória agrícola do Maciço e ao reconhecimento da luta dos agricultores locais que buscam pelo direito de permanência no território, preocupando-se tanto com as práticas agrícolas quanto com a preservação da natureza. Sendo assim, na busca pelo reconhecimento dos seus direitos, os agricultores tentam mostrar como suas práticas agrícolas podem ser conciliadas também com os objetivos de preservação do espaço (FERNANDEZ et al., 2012).

O que se percebe, portanto, é que nos últimos anos houve maior visibilidade desses agricultores que vêm fornecendo produtos para consumidores da cidade. Já com relação ao crescimento e desenvolvimento do espaço citadino, o que ocorre atualmente é que muitas famílias têm sentido os impactos da expansão urbana, transformações nas relações de produção e de mercado e, principalmente, com as restrições de órgãos ambientais, que contraditoriamente à questão que é colocada de preservação da natureza, transformaram boa parte de propriedades no entorno do Parque em grandes condomínios residenciais, o que gerou aumento do impacto ambiental na região. Desse modo, o que se percebe é que agricultores têm se mobilizado em busca de reconhecimento da prática agrícola local, bem como a inserção no âmbito das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Assim, como resultado de toda essa mobilização, surge a Associação dos Agricultores da Pedra Branca (AGROPRATA), a Associação de Agricultores de Vargem Grande (AGROVARGEM), e a Associação dos Lavradores e Criadores de

Jacarepaguá (ALCRI), além da formação de parcerias e sua inserção em redes com universidades, grupos de consumidores, movimentos sociais. (FERNANDEZ et al., 2012). Logo, o que tem ocorrido é que a participação em circuitos de feiras orgânicas, no caso da AgroPrata tem permitido levar a outros espaços da cidade produtos da agricultura da Pedra Branca, entre eles o vinagre de caqui, e a banana e o caqui-passa orgânicos (FERNANDEZ et al., 2012).

O cultivo da banana orgânica do Maciço da Pedra Branca

A banana faz parte do consumo alimentar brasileiro. É da família das *Musaceae*, sendo do gênero *Musa*, um dos três que compõe esta família, que inclui as plantas herbáceas vivazes, incluindo as bananeiras cultivadas para a produção de fibras (abacás) e para a produção de bananas, de modo que, existem cerca de 50 espécies de *Musas*. A origem da banana é o sudeste do continente asiático, tal que existem diversas espécies. No Brasil, as mais conhecidas são nanica, prata, banana terra e banana maçã. Cada bananeira produz de uma vez de cinco a quinze pencas de banana. Sendo muito utilizadas na alimentação, são consumidas ao natural, fritas, cozidas e assadas. Além disso, a banana é uma fruta que contém fibras, potássio, vitaminas C e A, sendo a banana nanica a mais consumida no Brasil, de modo a ser muito utilizada em bolos, doces e outros pratos da culinária brasileira⁷. A banana, segundo Armando Magalhães Corrêa (1933, p.143) é uma fruta primordial, como alimentação das crianças, comida

⁷ Disponível em: www.flora.avph.com.br/bananeira.php. Acesso em: 22 de abril de 2018.

crua, assim como cozida, assada ou frita. Ela não perde, como se dá com outras frutas, quando cozidas ou assadas, uma parte do seu valor calórico.

Além disso, a banana, sendo uma fruta tropical, foi aclimatada facilmente ao local, devido às suas características de reprodução em terrenos úmidos, de clima quente (CORRÊA, 1936, p.139). Armando Magalhães Corrêa (1936, p.141) escreve que possivelmente a banana tenha chegado ao Brasil com os primeiros colonizadores, de modo que “foi cultivada na América pela primeira vez em 1516”.

Com relação à confiança através da preferência pelo consumo da banana orgânica, é importante dizer que os agricultores da Agroprata que fazem as feiras têm certificação⁸, e apesar disso ter grande relevância, o termo orgânico pode ir além apenas da certificação, de modo que eles se baseiam também, através do compartilhamento da história de vida dos agricultores e das relações cotidianas construídas nos encontros da feira, de que já plantavam sem veneno ou eram orgânicos e não sabiam. Esse fator gera grande confiança para os consumidores que compram os produtos sem buscar questionar a sua origem, de onde veio ou como foi produzido, possibilitando relações de confiança entre o consumidor e o produtor, uma vez que é possível perceber até mesmo que nas feiras as relações sociais acabam sendo mais intensas e frequentes. O consumidor que frequenta as feiras com maior regularidade passa a ter relações que vão além de relações puramente comerciais e passa a ter afinidades e ligações afetivas e sociais, tanto com os produtores quanto com outros consumidores que também frequentam a feira regularmente.

⁸ De acordo com o Ministério da Agricultura, a certificação de produtos orgânicos é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica.

Se por um lado existe a confiança que o comprador sente ao estar nessas feiras orgânicas que trazem a banana advinda do Maciço da Pedra Branca, por outro existe ainda a preocupação existente quando estão fora dela. No caso da alimentação a base de alimentos orgânicos, quando é compreendida como uma ideologia alimentar, parece ocorrer uma oposição entre o alimento natural/orgânico/industrializado. O “alimento ideal” acaba sendo aquele livre de agrotóxicos e aditivos químicos, o que pressupõe a existência de um sistema de produção “tradicional” em oposição a um sistema de produção “industrial” (PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M., 2008).

FIGURA 03 - Bananas sendo colhidas por produtores do Maciço da Pedra Branca.



FONTE: Jornal O Globo, 2016.

Outra questão importante e que está relacionada com a falta de apoio e incentivo do Governo é que essa mesma banana utilizada para a alimentação, muito presente na culinária brasileira, e carregada de valores socioculturais desde a nossa colonização, é considerada por ambientalistas como uma planta exótica, de modo que alega-se que a bananeira não deixa crescer nada entre os seus pés, abre clareiras na mata, altera a vegetação original e aumenta o risco de deslizamentos em encostas. De acordo com

esses critérios, portanto, as bananeiras não deveriam ser cultivadas em uma unidade de conservação. Outros, contudo, consideram que a bananeira apesar de ser uma planta exótica, já está estabelecida ali há muito tempo, sua cultura não tem se expandido e, do ponto de vista erosivo, seus efeitos são desprezíveis (FREITAS, 2003).

O jornal O Globo, publicado no dia 10 de janeiro de 2016 com o título de “*Bananas de Vargem Grande se tornam Maravilha Gastronômica do Rio*”⁹ exprime o grande paradoxo em torno do cultivo da banana. Segundo ele, esta banana de Vargem Grande, em especial a banana prata, em Dezembro de 2015, ganhou o prêmio de Maravilha Gastronômica do estado do Rio de Janeiro, na categoria ‘Terra’. O prêmio teve o patrocínio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC RIO) do Governo do estado do Rio de Janeiro (FERNANDEZ, 2015). De acordo com o jornal, o ex-presidente da Agrovargem, Francisco Souza, afirma que o que é produzido pelos associados têm mais atrativos do que meramente serem livres de agrotóxicos.

FIGURA 04 – Um dos produtores retira o cacho de bananas com o auxílio de uma foice.



⁹ JORNAL O GLOBO. “Bananas de Vargem Grande se tornam Maravilha Gastronômica do Rio”. In: www.oglobo.globo.com/rio/bairros/bananas-de-vargem-grande-se-tornam-maravilha-gastronomica-do-rio-18436324. Acesso em 11 de setembro de 2018.

FONTE: Jornal O Globo, 2016.

Sendo assim, percebe-se que esse mesmo Governo que, em sua instância ambiental, ainda criminaliza o cultivo de bananas, foi o mesmo patrocinador do prêmio, que foi, por isso, um evento de grande simbolismo, no qual os agricultores de Vargem Grande foram recebidos e agraciados com a premiação do Palácio Guanabara, sede do Governo do estado. Logo, Segundo Fernandez (2015), o caso da banana, simultaneamente criminalizada e premiada, põe em evidência o embate entre concepções distintas sobre o que merece ser protegido nessa área até então protegida, mostrando que ainda existe ali um espaço de forte disputa territorial e de poder.

FIGURA 05 - Um dos produtores cortando as folhas da bananeira para facilitar sua colheita posteriormente.



FONTE: Jornal O Globo, 2016.

Os discursos dos produtores são de que nos últimos anos o Maciço da Pedra Branca adquiriu maior visibilidade e reconhecimento local. O exemplo disso é feito a análise de outros jornais publicados em períodos diferentes, do G1 e O Globo, respectivamente, e que nos permitem perceber como o Maciço tem evoluído e como os produtores têm conseguido maior perceptibilidade.

No primeiro, publicado em 27 de Maio de 2011, o Jornal G1 exhibe a reportagem com o título "Imagens mostram plantação ilegal de bananas em parque ambiental no Rio"¹⁰. Segundo o jornal, áreas do Parque Estadual da Pedra Branca teriam sido transformadas em plantações de bananas e criações de gado ilegais teriam sido apreendidas. Trata-se de uma matéria curta e que a todo momento condena e criminaliza o trabalho e a vivência do pequeno produtor local. Nesse período, os agricultores sofriam com ameaças constantes de que seria feita a instalação de cercas no local, que, segundo o jornal citado, a Coordenação Integrada de Combate aos Crimes Ambientais do estado pretendia instalar uma cerca de 25 km no entorno do Parque.

Já um segundo jornal impresso do O Globo, publicado no dia 13 de Julho de 2013, lançou uma matéria com o título de "*Roça Invisível*", onde, segundo agricultores locais, teria ocorrido a denúncia de produções agrícolas que perdurou após o surgimento do Parque e que trata a banana como sendo exótica e invasora. A notícia claramente não agradou aos produtores, que logo trataram de fazer um vídeo resposta à matéria até então veiculada chamado "A roça é invisível pra quem?"¹¹. É importante acrescentar que os agricultores não fizeram o vídeo sozinhos. Eles foram estimulados pela

¹⁰ G1 - O GLOBO. "Imagens mostram plantação ilegal de bananas em parque ambiental". In: g1.globo.com. **G1 - O Globo**, Rio de Janeiro com.br, 27 de maio de 2011. Disponível em: g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/05/imagens-mostram-plantacao-ilegal-de-bananas-em-parque-ambiental-no-rio.html. Acesso em: 21 de março de 2018.

¹¹ Vídeo criado por produtores e integrantes da Agrovargem. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_xcWiq48KLU. Acesso em: 03 de abril de 2018.

pesquisadora da Fiocruz, Silvia Baptista, que atualmente reside em Vargem Grande e é atuante na feira orgânica do local. Silvia estuda Ciências da Informação e Comunicação e produziu no decorrer da sua dissertação de mestrado a respeito da importância da oralidade nas práticas de comunicação, um campo discursivo de interação entre a reportagem e os agricultores; entre o discurso escrito e oral, fazendo com que os agricultores de fato tivessem acesso e refletissem sobre o texto.

O vídeo se inicia com o então diretor da Agrovargem, Jorge Cardia, comentando sobre o assunto:

A roça é invisível? Pra mim não é invisível. Porque... eu sou de família tradicional daqui de Vargem Grande, do Pedra Branca (...) Invisível pra quem nunca foi lá, viu a realidade da gente, não conhece, praticamente. Então eu posso dizer que não conhece nada (Jorge Cardia. Ex Diretor da Agrovargem).

Ainda no vídeo, ao lado do diretor, encontra-se, sua companheira, Cristina Santos, agricultora e associada da Agrovargem, que também se mostra incomodada com a colocação infeliz do jornal. Cristina aparece no vídeo com o jornal que foi publicado na mão, onde aparece o titulado de “Roça Invisível” e continua o que o diretor Jorge já dizia, afirmando:

Tanto é que ela não é invisível que é dela que a gente tá trazendo essa banana pra vender aqui na Vargem Grande, que todo mundo já conhece nosso produto, já sabe que o nosso produto é orgânico, é bom, vem direto da roça, então a roça não é invisível, por que de onde sai essa banana? (...) É dela (a roça) que nós

tiramos o nosso sustento e nós estamos sustentando o povo de Vargem Grande com ela, né? (Cristina Santos. Agricultora Associada da Agrovargem).

Cristina Santos afirma que os produtores de Vargem Grande conseguem fregueses da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Pequena, Camorim, dentre outros lugares.

Posteriormente, eles debatem sobre a afirmação do jornal de que “*nada justifica a produção agrícola em Parques*”. Jorge defende que tal afirmação não é verdadeira, uma vez que os bananais estão sendo cuidados na grande floresta, o que permite que haja reflorestamento, afirmando que, ao contrário do que diziam não há desmatamento na região. Ele lembra ainda que a roça é anterior ao Parque, e que, portanto, os agricultores não podem ser acusados de invasão, uma vez que já moravam ali e a produção tem sido passada de geração após geração.

Por fim, Cristina finaliza mostrando a importância que as bananas - que são consideradas como invasoras no jornal - têm em Vargem Grande, uma vez que servem de alimento também para os animais, como é o caso de pássaros, micos e macacos. Jorge ainda compara a vida na roça ao espaço urbano, apontando que na cidade não existe esse cuidado com a natureza, de modo que, segundo ele, “*só se vê carro, poeira e prédio*”, e faz um alerta para que os agricultores não abandonem a terra, pois, para ele, isso facilitaria a criação de mansões e casarões na região.

O jornal encontrado no site, no dia 13 de julho de 2013¹², inicia-se com o título “*Produtores rurais do Rio tentam sobreviver à falta de incentivos*”. O mesmo inicia o

¹² JORNAL O GLOBO. “Produtores rurais do Rio tentam sobreviver à falta de incentivos”. In: [www.oglobo.globo.com](http://www.oglobo.globo.com/rio/produtores-rurais-do-rio-tentam-sobreviver-falta-de-incentivos-9021943). **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro com.br, 13 de julho de 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/produtores-rurais-do-rio-tentam-sobreviver-falta-de-incentivos-9021943>. Acesso em: 21 de março de 2018.

discurso da matéria retratando um problema recorrente no local, que é o fato de agricultores habitarem por gerações as encostas da Pedra Branca, de um lado, e do outro o Plano Diretor da cidade que era tido como ameaça para os agricultores, que “considerava o território carioca exclusivamente urbano - ou seja, sem espaço para lavouras”, segundo o jornal. O problema então seria que “600 famílias sobrevivem da produção de frutas e hortaliças na capital”. Esse é o caso de Luís Carlos Santana, que foi entrevistado pelo jornal, e é produtor de bananas e caquis orgânicos no Rio da Prata. Segundo o jornal, o maior medo de Luís Carlos Santana, e de outros produtores, seria o de pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), visto que devido a condição financeira debilitada dos produtores, isto poderia dificultar ainda mais a agricultura local:

Meu avô era carvoeiro, meu pai plantava laranja. E desde menino eu trabalho na roça de banana, sem qualquer incentivo ou certificação oficial. Ajudamos a preservar o parque. Se a gente tiver que sair, vai para onde? Morar numa favela? — questiona Luís Carlos, enquanto caminha por sua roça de banana, que dispensa o uso de defensivos agrícolas (Jornal O Globo, 2013).

FIGURA 06 - Produtor fotografado colhendo os cachos de bananas.



FONTE: Jornal O Globo, 2013.

Posteriormente, a matéria aponta que o plano de desenvolvimento local no Rio é controverso, isso porque onde há uma área de preservação não pode haver cultivo. De acordo com o jornal, por se tratar de um parque é considerado uma unidade intocável, então deve haver proteção integral e não permitir nenhum tipo de roça, porém o caso do Maciço se complica, uma vez que estamos tratando de agricultores que, como já foi dito, são anteriores à criação do parque e ocupam as terras há pelo menos 200 anos, de modo que a produção tem atravessado gerações.

Sobre esse aspecto, o jornal traz duas opiniões diferentes acerca do caso. Um engenheiro agrônomo que afirma que o histórico das pessoas que vivem no local e que desenvolvem agroecologia deve ser respeitado e aponta para a necessidade de reconhecimento da atividade. Já o então secretário municipal de Meio Ambiente, Carlos Alberto Muniz, pensa o contrário. Para ele, nada justifica a produção agrícola em parques e defende a erradicação das bananeiras das encostas da Pedra Branca. Segundo ele:

Essa produção na Pedra Branca não é positiva. É mais importante para a cidade desenvolver aquele ecossistema do que manter ali uma invasão. Nós tentamos que ficasse caracterizado no Plano Diretor a importância de regiões agrícolas na cidade. Mas quem aprova é a Câmara dos Vereadores. Há duas leituras, interpretações distintas. Ao mesmo tempo em que o texto diz que se deve resgatar a vocação agrícola de áreas urbanas, estabelece que o território é integralmente urbano (Jornal O Globo, 2013).

Outro discurso presente no jornal é o de Teresa Corção, chefe de um restaurante no Centro do Rio e que coordena um movimento em defesa da produção orgânica da Pedra Branca. Segundo ela, *“se a pequena produção orgânica acabar no Rio, a comida do dia a dia vai vir industrializada, de longe e perderemos completamente o controle de qualidade”*.

Já o discurso do então diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), André Ilha, é de que existe a necessidade de que haja um rigoroso controle da expansão de bananais na Pedra Branca, visto que se trata de *“uma espécie exótica e invasora”*, mas aponta para a possibilidade de manutenção de algumas famílias por meio de uma solução negociada, já que é do INEA a responsabilidade pela gestão do Parque Estadual da Pedra Branca.

Por fim, temos ainda o discurso da deputada estadual Aspásia Camargo (PV), que lamenta a falta de espaço para a pequena agricultura na capital. Para ela, o Rio está abrindo mão de sua função agrícola, segundo o Jornal O Globo.

Sendo assim, de acordo com os jornais trabalhados até aqui, é possível dizer que em alguns momentos havia um discurso que criminalizava a produção no Maciço, de

modo a haver um incentivo à proibição do trabalho do pequeno produtor, que vive da terra, vendendo os produtos e tirando deles o seu próprio sustento, em prol da conservação do Parque Estadual da Pedra Branca, que de acordo com alguns discursos, só é possível através da proibição do cultivo, mesmo sendo afirmado que a agricultura predominante do Maciço é consciente e que não agride a mata.

O Jornal *O Globo*, de 04 de Outubro de 2015¹³, com o título “*O Sertão Carioca*” (BRISO E MARENCO, 2015), trouxe uma matéria capaz de elucidar um pouco de como é o modo de vida dos agricultores do Maciço, e que teve grande repercussão, visto que se tratou de uma matéria de capa, publicada em um jornal de domingo. No decorrer da matéria é possível perceber uma escrita que ao mesmo tempo em que romantiza, valoriza o exótico e o isolamento permanente do local. Na imagem abaixo é possível ver um dos agricultores guiando o animal de carro, no caso um burro, responsável pelo transporte das bananas que serão utilizadas como mercadoria, vendidas em feiras orgânicas e até mesmo tradicionais, em diversos pontos do Rio de Janeiro:

FIGURA 07 - Agricultor guiando o burro que é responsável pelo transporte das bananas.

¹³ JORNAL O GLOBO. “O Sertão Carioca”. In: www.oglobo.globo.com. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro com.br, 04 de outubro de 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/o-sertao-carioca-17660130>. Acesso em: 29 de março de 2018.

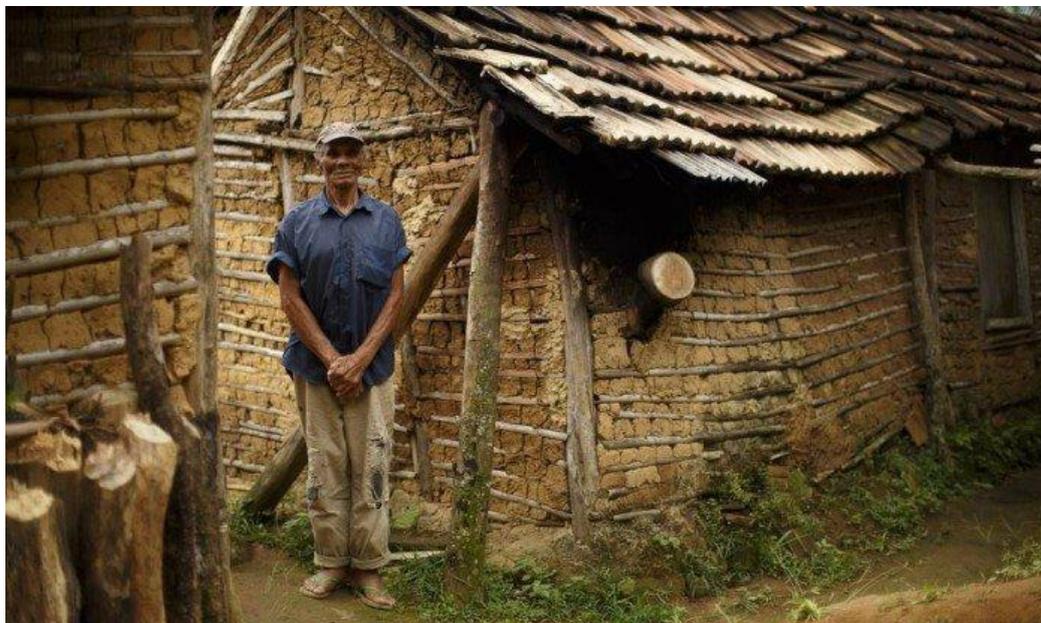


FONTE: Jornal O GLOBO, 2015.

O jornal destaca que toda a produção depende do transporte de carga dos animais. Cada bananicultor planta o que quer, mas a banana prata é a de maior produção, o que garante o sustento durante todo o ano. Todo mês pouco mais de dez toneladas descem a serra, sendo essa uma quantidade constante, de modo que a metade da produção é de bananas orgânicas. As bananas são vendidas para as feiras da zona sul, Tijuca e Barra da Tijuca. Sem muitas variedades, os agricultores comercializam banana passa, licor de banana, vinagre de banana e tentam passar esse conhecimento adiante (O GLOBO, Briso e Marengo, 2015).

A seguir outra imagem presente no jornal em que um dos agricultores, Seu Dino, posa para a foto. Isso dá ao leitor ciência de que é uma representação feita pelos próprios autores do Sertão Carioca:

FIGURA 08 - O produtor conhecido como “Seu Dino”, de 82 anos, junto a sua casa de pau a pique.



FONTE: Jornal O Globo, 2015.

Ainda de acordo com o Jornal, o Parque foi criado em 1974, mas famílias vivem na região há pelo menos três gerações, como é o caso de Arnaldo e Bichinho, moradores locais. Eles habitam o mesmo espaço que possui mais de 300 espécies de aves, répteis, anfíbios e mamíferos, bem como caçadores que entram a noite (O GLOBO, 2015).

Logo no início da leitura, já nota-se que é um discurso mais romântico, focado em trazer características positivas da região e mostrar a dificuldade dos agricultores. Muitos deles vivendo em casas de pau a pique, morando a uma distância de aproximadamente quatro horas a pé da cidade, onde muitos ainda não possuíam energia elétrica. Essa foi a realidade trazida pelo jornal. As bananas? Estas já não são mais classificadas como invasoras. Isso se percebe logo no primeiro parágrafo da matéria: *“Bananeiras dançam quando o vento sopra no alto da montanha onde ninguém tem pressa, porque o tempo, esse inimigo, lá em cima é companheiro”* (O GLOBO, 2015).

Seu Bichinho, durante a entrevista afirma que: “*A gente sem a banana não é nada nessa serra. O segredo é roçar duas vezes por ano, e deixar a terra se alimentar da própria bananeira*”.

FIGURA 09 - O produtor “Senhor Bichinho”, como é conhecido no local, carregando as bananas que são comercializadas na feira do Rio da Prata.



FONTE: Jornal O GLOBO, 2015.

Há um trecho ainda que confirma o que Jorge, o diretor da Agrovargem, dizia, de que a agricultura é antiga e existe antes mesmo da criação do Parque: “*O parque foi criado em 1974, mas famílias como a de Arnaldo e Bichinho vivem na região há pelo menos 100 anos*” (O GLOBO, 2015). Com relação ao próprio parque, o discurso também mudou:

Como o parque tem apenas 51 funcionários, quase não há fiscalização. Com a supervisão de órgãos ambientais, as antigas famílias podem morar, plantar e colher, contanto que mantenham a direção do Parque informada sobre qualquer intervenção (O GLOBO, 2015)

No decorrer da leitura é possível perceber até mesmo como a expansão de produção, comercialização e consumo dos produtos orgânicos se deu, de modo que seu Bichinho afirma que:

A gente era orgânico e nem sabia. Nunca tinha ouvido essa palavra – afirma Bichinho. Há anos atrás, quando as feiras orgânicas começaram, tinha gente aqui em cima que me chamava de maluco. Atravessar a cidade para fazer feira, onde já se viu? Em Ipanema, a gente dava ‘bom dia’ e as pessoas não respondiam. A gente era bronco mesmo, até deprimia. Hoje é diferente. Astros de novela consomem orgânicos (O GLOBO, 2015).

FIGURA 10 - Os burros descendo o morro com as bananas que foram retiradas e que servem para consumo e comercialização nas feiras orgânicas.



FONTE: Jornal O GLOBO, 2015.

A seguir é possível perceber um trecho de Arnaldo que aponta para uma preocupação que vem surgindo, que é a questão do êxodo rural dos jovens, o que leva

até mesmo a uma possível falta de desinteresse em continuar o trabalho dos pais e avós na terra.

— *Aqui eu nasci* — diz seu Arnaldo, pensativo, ao passar por um campo onde só tem mato. — *Vocês estão vendo a Virgem Maria morrendo. Antes tinha festa na roça aos domingos, a gente subia no burro para cortar capim na Pedra Branca, isso que tinha vida* — continua Seu Arnaldo. Segundo ele, quase todos desceram (o morro) por causa dos filhos. Ele ainda afirma que “*os moleques de hoje não querem saber de roça*”: — *Tenho uns na família que... Deixa pra lá. A preguiça é tanta que me dá febre* — finaliza ele (O GLOBO, 2015).

FIGURA 11 - Burro em meio à floresta do Maciço.



FONTE: Jornal O GLOBO, 2015.

Na relação campo-cidade, esse tem sido um dos principais desafios encontrados pelos mais velhos, que é passar a atividade adiante, para seus filhos e netos. Segundo Bourdieu (1983) a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em

todas as sociedades, uma vez que a representação ideológica da divisão entre jovens e mais velhos concede aos mais jovens coisas que fazem com que, em contrapartida, eles deixem muitas outras coisas aos mais velhos. As classificações por idade acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter (BOURDIEU, 1983). A seguir um trecho do jornal que mostra a relação de Seu Arnaldo com o filho, que levou adiante o seu trabalho, e o outro que decidiu seguir para a cidade:

Seu Arnaldo olha para o primogênito com orgulho. O único que o acompanhou. O outro filho homem virou porteiro. “*É evangélico*”, diz, e abaixa a cabeça. Ele não os julga por isso. Sabe que a vida na roça não é para qualquer um. Seu próprio pai nunca lhe deu moleza, foi enxada na mão a infância toda, e porrada. Ele e Bichinho brigam vez ou outra, mas o filho sempre abaixa a cabeça para o velho homem da roça, respeitado por todos na região. Lado a lado, amolando a foice cada um a seu jeito, parecem irmãos (O GLOBO, 2015).

Logo, tem ocorrido que com o desenvolvimento urbano, alguns jovens sentem-se atraídos a ir para a cidade, o que, conseqüentemente, leva à saída das áreas rurais e ao abandono das atividades de produção de seus antecessores, fazendo com que isso acabe se tornando um dos problemas enfrentados atualmente no Maciço da Pedra Branca, uma vez que muitos dos jovens não querem ficar e continuar na produção das bananas. Assim, existe então uma contraposição entre “velhos” que não teriam mais condições de manter a produção e jovens que não assumem e rompem com sua responsabilidade de

manter a produção (CASTRO, 2005), o que traz uma ideia de descontinuidade da produção, suposto desinteresse dos jovens e sua atração pela cidade (CASTRO, 2005).

Assim sendo, “sair de casa” pode significar uma ruptura com a posição de dependência econômica e subordinação à família, de modo que a categoria jovem aparece representada, de acordo com Castro (2005), no risco da descontinuidade das relações familiares estabelecidas com a terra, caracterizada na imagem de desinteresse do jovem pela roça, o que demonstra, mesmo que de forma implícita, uma “responsabilidade” pela terra, em oposição a jovens e velhos.

Os diferentes discursos abordados

Para maior esclarecimento, quanto à comunicação, segundo Inesita Araújo (2003-2004), esta opera ao modo de um mercado onde os sentidos sociais, conhecidos também como bens simbólicos, são produzidos, circulam e são consumidos. As pessoas e comunidades discursivas que participam desse mercado negociam sua mercadoria em busca de poder simbólico, o poder de constituir a realidade (ARAÚJO, 2003-2004).

Como alguns desses agricultores alcançaram certa notoriedade, eles também puderam dar depoimentos, contar histórias para pesquisadores, para jornalistas, o que permite compreender a trajetória da banana, mas não no seu sentido de cadeia produtiva, em sua materialidade, mas nos discursos transacionados em diferentes contextos por agricultores, mediadores e consumidores, ou seja, sempre que conversava com os produtores, seus discursos me levavam a perceber que a banana do Maciço vinha carregada da história local e da ideia de pertencimento. Eles associam o produto

às dificuldades vividas, ao descaso governamental com as feiras, às conquistas e até mesmo ao cotidiano familiar, uma vez que a produção da banana ocorre entre os membros da família e foi passando de geração em geração.

Com relação a produção dos discursos feita principalmente nos jornais destacados, seguimos a hipótese de que o discurso construído nos materiais utilizados e entrevistas pautam o debate local, o que caracteriza possibilidades de ação e intervenção da população na produção e consumo da banana, uma vez que a linguagem autorizada que Bourdieu (1994) evoca trata da capacidade de determinados grupos sociais em produzir discursos legítimos, cuja eficácia não se justifica somente no uso ou domínio de uma linguagem, pois a autoridade vem de fora. A linguagem representa a autoridade já estabelecida, definida pela posição do interlocutor no campo em disputa (TRINDADE, 2017). Já essa ideia de linguagem autorizada não se aplica aos agricultores. Estes buscam legitimar-se a partir da produção de outros discursos, subvertendo a linguagem autorizada (ambiental) que dizem que eles não podem estar ali.

Logo Bourdieu (1994), em seu texto “*A economia das trocas linguísticas*”, trabalha a ideia de construção das palavras, uma vez que, para ele, as ciências sociais precisam examinar a parte que cabe às palavras na construção das coisas sociais, bem como a luta entre classificações, dimensão de toda luta de classes, etc., logo que a palavra, o provérbio e todas as formas estereotipadas ou rituais de expressão, são programas de percepção (BOURDIEU, 1994), de modo que o autor trata da fala para compará-la aos mercados. Assim, segundo Inesita Araújo (2003-2004) “*Se meu discurso pode receber um preço, isso ocorre porque quando falo, digo o que digo, mas também digo algo a mais na maneira de dizê-lo*”.

No caso da reportagem, isso pode ser compreendido no momento em que surge o discurso de preservação e conservação integral do parque e na colocação da banana como sendo um alimento exótico e que, portanto, deve ser eliminado das matas, num contexto em que essa mesma banana também aparece no discurso de que serve de sustento para centenas de pessoas, e até mesmo animais, e de que não possui relação alguma com o desmatamento ambiental, ou seja, aqui o uso da palavra é utilizado de modo autorizado, como chama Bourdieu (1994), a fim de justificar o que deve ser feito, mantendo uma relação de oposições entre o que deve ou não ser preservado.

Sendo assim, o autor tratado aqui realizou uma importante contribuição para a análise sociológica do discurso quando identificou as trocas linguísticas como um importante aspecto de poder simbólico. No livro publicado pela primeira vez em 1982, Bourdieu procura capturar o poder das palavras, estratégias de formulação e imposição de falas e discursos legítimos (TRINDADE, 2017), de modo que os discursos envolvem relações sociais complexas cujo uso de uma simples palavra pode significar muito mais que seu sentido ordinário, como é o caso, no jornal O Globo, do secretário municipal de Meio Ambiente, que defende a ideia de que as bananeiras do Maciço devem ser erradicadas, uma vez que para ele nada justifica a produção agrícola em parques.

O mercado linguístico contribuiu para formar o sentido do discurso, não só o seu valor. Neste mercado, o que está em jogo não é a língua, mas discursos que mobilizam a língua comum, de acordo com suas experiências sociais e interesses individuais ou de grupo (TRINDADE, 2017). De acordo com Bourdieu (1994), é importante esclarecer que as trocas linguísticas, que são tratadas pelo autor como sendo relações de comunicação, são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos.

Por meio dos conhecimentos existentes em torno da trajetória da banana do Maciço, estes indivíduos acabam por se tornarem locutores e transmitem por meio de trocas linguísticas, ou seja, por meio dos discursos, todo o seu conhecimento adquirido através de suas experiências e práticas cotidianas, como foi possível perceber através das trocas sociais nas feiras.

Segundo Bourdieu (1994), todo ato de fala e, de um modo geral, toda ação é uma conjuntura, um encontro de séries causais independentes, que implicam uma determinada propensão a falar e a dizer coisas determinadas por meio de uma capacidade linguística que permite engendrar discursos através de uma capacidade que é social e que leva à competência para se comunicar em determinadas situações (BOURDIEU, 1994).

Se por um lado temos o discurso do secretário Carlos Alberto Muniz apoiando que as bananeiras devem ser eliminadas, por outro temos discursos que as trazem de forma positiva, apoiando a produção orgânica do local, como é o caso não só dos pequenos produtores, mas também do engenheiro agrônomo Márcio Mendonça, que foi entrevistado pelo jornal, e pela chef do restaurante, Teresa Corção, que aponta para a necessidade de reconhecimento da produção, em justificativa de que são alimentos saudáveis e que contribui para a manutenção do controle de qualidade. Aqui temos que as estratégias discursivas dependem das relações de força entre os campos e os trunfos, de modo que a competência linguística é desigual. É monopolizada por alguns, outros são despossuídos em graus variados. Essas desigualdades manifestam-se na trocas cotidianas (ARAÚJO, 2003-2004).

Com relação ao consumo, Inesita Araújo (2003-2004) afirma que os sentidos sociais formam uma rede semiótica e o processo de semiose infinita considera que cada

consumidor é também um produtor de novos sentidos, a partir mesmo do ato e dos modos de consumir, então o consumo é espaço essencial de comunicação. Assim sendo, a produção-circulação-consumo dos sentidos sociais é mediada por um processo de negociação, que é operada por pessoas e comunidades discursivas, os “interlocutores”, de modo que cada interlocutor é agente e espaço de negociação dos sentidos e é a circulação que confere existência aos produtos simbólicos e os lança no espaço público (ARAÚJO, 2003-2004).

Além disso, é importante acrescentar que o produto linguístico só se realiza completamente como mensagem se for tratado como tal, isto é decifrado (BOURDIEU, 1994), ou seja, de nada adianta que o produtor transmita a sua mensagem através da comunicação com outras pessoas, se estas não tiverem o mínimo conhecimento ou interesse acerca do assunto tratado. A economia das trocas simbólicas observa que o discurso não é uma simples troca de signos em situações de comunicação, mas o encontro de certas disposições sociais, que são consideradas por Bourdieu (1994) como *Habitus*, com certos mercados simbólicos.

Logo, o que circula no mercado linguístico, para Bourdieu (1994), não é a língua, mas discursos caracterizados, ao mesmo tempo do lado da produção, na medida em que cada locutor transforma a língua comum num dialeto, e do lado da percepção, na medida em que cada receptor contribui para produzir a mensagem que ele recebe e aprecia, importando para ele, segundo Bourdieu (1994), tudo o que constitui sua experiência singular e coletiva. Porém, o paradoxo da comunicação é que ela supõe um meio comum, mas que só tem êxito ao suscitar e ressuscitar experiências singulares, ou seja, socialmente marcadas (BOURDIEU, 1994).

O autor ainda nos fala que ao privilegiar as constantes linguisticamente pertinentes em detrimento das variações sociologicamente significativas para construir a língua comum, tudo se passa como se a capacidade de falar fosse identificável à maneira socialmente condicionada de realizar esta capacidade natural, cujas variedades são tantas quantas sejam as condições sociais de aquisição (BOURDIEU, 1994). Logo, o que é raro não é a capacidade de falar, mas a competência necessária para falar a língua legítima que, por depender do patrimônio social, retraduz distinções sociais na lógica propriamente simbólica dos desvios diferenciais, o que leva ao que Bourdieu chama de capital linguístico (1994), ou seja, o discurso também irá depender, em algumas circunstâncias, de quem está falando e se possui alguma autoridade por trás disso. No caso do pequeno produtor do Maciço da Pedra Branca, esse tipo de discurso já não pode ser identificado com frequência, visto que existem outras autoridades com capital linguístico, segundo denominação de Bourdieu, e que tentam se colocar acima do produtor local, o que dificulta o discurso do agricultor e sua maior autonomia, porém não a torna invisível. A linguagem do agricultor, apesar de cotidianamente ser desvalorizada, possui um tom de valorização que é percebida na reportagem, devido a sua autenticidade e tradicionalidade, pois se trata de alguém que possui autonomia para falar, visto que tem conhecimento de vida do local e que está sempre presente e cuidando do espaço rural.

Assim sendo, a análise do discurso surge como uma proposta teórica e metodológica, de modo que todo discurso representa uma forma de poder (TRINDADE, 2017), e que todo aquele que queira ser compreendido ou aceito na sociedade deve adotar o discurso comum para ter credibilidade e se situar em relação às normas que ela anuncia (TRINDADE, 2017).

Todo discurso que foge disso não será em parte entendido, pois se situa fora do campo das representações coletivas que este quadro de referências delimita, ou seja, aquilo que pode ser dito porque segue um padrão lógico e coerente com as intenções de cunho político, econômico ou ideológicos vigentes (TRINDADE, 2017). Assim sendo, a questão ingênua do poder das palavras está logicamente implicada na supressão inicial da questão acerca dos usos da linguagem e, por conseguinte, das condições sociais da utilização das palavras. (BOURDIEU, 1994, p.85). Desde o momento em que se passa a tratar a linguagem como um objeto autônomo, aceitando a separação radical feita por Saussure entre a linguística interna e a linguística externa, entre a ciência da língua e a ciência dos usos sociais da língua, fica-se condenado a buscar o poder das palavras nas palavras, ou seja, a buscá-lo onde ele não se encontra, no pensamento de Bourdieu (1994).

Logo, um enunciado performativo está condenado ao fracasso quando pronunciado por alguém que não disponha do “poder” de pronunciá-lo ou, de um modo geral, todas as vezes que as “pessoas ou circunstâncias particulares” não sejam “as mais indicadas para que se possa referir ao procedimento em questão”, em suma, sempre que o locutor não tem autoridade para emitir as palavras que enuncia. Em se tratando dos produtores em relação aos consumidores da banana orgânica, quando estão atuando nas feiras orgânicas, o que se percebe é que através de todo o conhecimento e experiência local que possuem, eles detêm credibilidade sobre o que é falado. O produtor em questão possui autoridade para falar sobre os alimentos orgânicos do Maciço da Pedra Branca, pois vivenciou tudo o que é transmitido através da linguagem com outros produtores, moradores locais e consumidores.

Seguindo a lógica de Bourdieu (1994), os atos de autoridade estão subordinados à confluência de um conjunto sistemático de condições interdependentes que compõem os rituais sociais, ou seja, existe aí um discurso de autoridade decorrente da aproximação que produtores e até mesmo consumidores possuem acerca do que é falado, de modo que um produtor de banana orgânica costuma frequentemente falar com certa facilidade sobre a história do Maciço e da feira em que atua, uma vez que a grande maioria cresceu próximo da região. É possível, ainda explicarem a diferença da banana orgânica para a que é encontrada nas prateleiras do supermercado e que contem agrotóxico, ou seja, há todo um discurso de autoridade sobre o assunto em questão.

Por fim, cabe tratar dos discursos existentes com relação aos agricultores e às autoridades responsáveis pelo parque. Aqui o discurso já segue caminhos opostos, uma vez que há interesses que se divergem. O produtor precisa da terra para plantar e colher, enquanto que autoridades governamentais pressionam a fim de garantir a preservação exclusiva do parque, se utilizando do discurso de que a floresta corre risco de desmatamento, por parte dos agricultores, e acusando a banana de ser considerada exótica. No vídeo que foi tratado mais acima¹⁴ percebemos que o discurso dos agricultores difere totalmente e que afirmam haver conscientização e proteção ambiental.

¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xcWiq48KLU>. Acesso em: 03 de abril de 2018.

CAPÍTULO II – A TRAJETÓRIA DA BANANA NOS MERCADOS ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS, RISCOS ALIMENTARES E A POLITIZAÇÃO DO CONSUMO

A trajetória da banana orgânica do Maciço da Pedra Branca

Ao referir-se à banana orgânica e/ou agroecológica como sendo um alimento que possui valorização simbólica, é possível pensar em sua comercialização por meio da sua trajetória, uma vez que a trajetória das coisas determina e transforma suas qualidades, de modo que temos de seguir as coisas em si mesmas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias é possível interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas (APPADURAI, 2008, p.17).

Numa perspectiva sociológica, ao pensarmos na banana como produto a ser comercializado e consumido por diferentes pessoas, de acordo com Appadurai (2008), seria possível compreender que há vida social na circulação das mercadorias, como veremos adiante, de modo que a troca econômica cria o valor, que é concretizado nas mercadorias que são trocadas, ou seja, as mercadorias, assim como as pessoas, têm uma vida social (APPADURAI, 2008, p. 15), porém que não perde o seu caráter de comercialização, que reside na complexa intersecção de fatores temporais, sociais e culturais, uma vez que nas sociedades capitalistas pode-se afirmar que há uma tendência de que um número cada vez maior de coisas experimente uma fase mercantil.

Logo, o consumo está na base da formação do gosto, da distinção e é capaz de caracterizar a identidade dos indivíduos. Além de produzir vínculos sociais, o consumo também gera formas particulares de solidariedade, confiança e sociabilidade que são fundamentais para a vida social, ou seja, é importante dizer que o consumo de alimentos orgânicos, gera vínculos sociais em grupos que possuem interesses e objetivos específicos, de modo que a compra e o consumo dos alimentos orgânicos podem gerar a interação e aproximação devido aos interesses comuns, transformando as relações sociais dos indivíduos.

Assim, o percurso metodológico para compreender a trajetória da banana, aqui caracterizada como um produto foi o de analisar os discursos de produtores e consumidores da região, que tem a banana como um alimento rico e de grande representatividade local. Existe o discurso de que a banana orgânica é responsável por caracterizar o Maciço, sendo algo identitário, uma marca que qualifica a região e isso também acontece com os consumidores. Quem consome a banana orgânica, a consome pois possui uma identidade que diferente dos demais e que os leva a quererem consumir tal coisa. Não que sejam todos, mas a maioria dos consumidores da banana orgânica, em suas idas às feiras, mantém o discurso de que se trata de um alimento saudável, livre de agrotóxicos e que gera uma determinada segurança para o consumo, uma vez que se trata da banana advinda do Maciço, e que, portanto, é “limpa”.

Esses consumidores agregam um sentido à essa banana, dando-lhe vida social, fazendo com que ela esteja carregada de valores, seja porque vai consumir como forma de adquirir um produto ecologicamente saudável, ou porque busca valorizar o pequeno produtor, dando-lhe a oportunidade de comprar seu produto. A banana orgânica quando em movimento é capaz de levar um sentido à sociabilidades das pessoas.

Sugerir que os objetos sejam possuidores de uma vida social, tal como fez Appadurai (2008), nos ajuda a entender que as coisas, assim como as pessoas, possam ser pensadas a partir de uma história. O olhar passa a se guiar através das coisas que são trocadas e não apenas para as suas formas, funções ou consequências destas trocas, evidenciando as condições sob as quais objetos podem circular em diferentes regimes de valor no tempo e no espaço, de modo que é a circulação dos objetos materiais, ao longo de um período temporal representativo, que interessa (RIBEIRO, 2013).

Appadurai (2008) apresentou objeções à forte tendência teórica que considerava o mundo das coisas inerte e mudo, sendo movido, animado e reconhecível apenas por intermédio das pessoas e de suas palavras. (RIBEIRO, 2013). De acordo com o autor, *“temos que seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e cálculos humanos que dão vida às coisas”* (APPADURAI, 2008).

Assim sendo, o objetivo aqui é mostrar como os produtores e consumidores da banana orgânica do Maciço da Pedra Branca conferem autonomia a esse produto, para que eles possam de alguma forma representar seus gostos e identidades. Outro autor importante acerca deste pensamento é Igor Kopytoff (2008) que acredita que o senso comum de mercadoria é que um item possui valor de uso e também possui valor de troca.

Segundo o autor, para os economistas, as mercadorias simplesmente existem, de modo que certas coisas e certos direitos a coisas são produzidos, existem e podem ser vistos circulando por meio do sistema econômico, e vão sendo trocados por outras coisas. Porém, o autor acredita que as mercadorias devem ser, não apenas produzidas

materialmente como coisas, mas também culturalmente sinalizadas como um determinado tipo de coisa, de modo que a mesma coisa pode, ao mesmo tempo, ser vista por uma pessoa como uma mercadoria e como outra coisa por outra pessoa, tudo irá depender do valor àquela determinada coisa (KOPYTOFF, 2008, p. 89).

Assim, Kopytoff (2008) caminha próximo ao pensamento de Appadurai (2008), uma vez que é possível perceber o modo como ambos buscam transformar a mercadoria em algo social, o que é fundamental para compreender a trajetória e comercialização da banana orgânica do Maciço da Pedra Branca. O consumidor que dá preferência à compra da banana orgânica acredita na sua importância e a diferença das outras, de modo que tanto para esse consumidor como para o agricultor, ela deixa de ser apenas uma coisa e se constitui de valores sociais e culturais. Não se trata, portanto, de uma banana qualquer, ela se diferencia das outras quanto a sua qualidade e características.

Surgimento e avanço dos alimentos orgânicos e agroecológicos

No capítulo 1 foi feita uma análise acerca do que é o Maciço e sobre os motivos para a criação do Parque Estadual da Pedra Branca, compreendendo a importância que se dá para os alimentos orgânicos produzidos na região. Mas o que são esses alimentos e como são tidos por agricultores e consumidores? Como esses alimentos começaram a ser cultivados no Maciço da Pedra Branca?

A agricultura alternativa, também conhecida como agricultura ecológica utiliza métodos agrícolas que dispensam a utilização de insumos químicos ou mecanização, proporcionando a conservação dos solos, bem como de sua flora e sua fauna. No

agrossistema ecológico não se dá valor somente à produtividade, mas também à obtenção de um equilíbrio ecológico¹⁵.

Portanto, entende-se por agricultura ecológica aquela que abrange um conjunto de modelos alternativos ao padrão agroindustrial de produção. Ela atinge desde os modelos associados à origem do movimento alternativo até os modelos ressignificados em função dos movimentos ecológicos recentes e regulamentados pelas políticas agrícolas. Desta forma, agricultura alternativa ou agricultura ecológica dividem praticamente o mesmo significado (BRANDENBURG, 2002).

Esta agricultura antecede a chamada Revolução Verde. Surge na Alemanha, em 1924, com a agricultura biodinâmica e natural na Inglaterra, em 1946, com a agricultura orgânica e na França, em 1940, com a "*agriculture biodynamique d'alimentation normale*", sendo movimentos de reação e de contestação ao domínio técnico industrial e crítico à agricultura de insumos químicos (BRANDENBURG, 2002).

Enquanto um movimento socialmente organizado, a agricultura alternativa tem sua origem na década de 1970, onde surge como um contra movimento, uma via alternativa à política de modernização agrícola. Esta, pelo seu caráter excludente, irá provocar uma reação de grupos de agricultores familiares não contemplados pelos benefícios dos subsídios governamentais, provenientes do crédito agrícola, ou de outros serviços prestados por órgãos públicos destinados a orientar o agricultor, prestar serviços e fomentar infra-estrutura de apoio no meio rural. Os grupos alternativos serão formados por agricultores familiares em via de exclusão, ou excluídos diretamente pelos mecanismos de expropriação da política agrícola (BRANDENBURG, 2002).

¹⁵ Disponível em <http://www.oocities.org/collegetpark/theater/8163/agrialternativa.htm>. Acesso em: 05-07-2018.

A expansão da agricultura ecológica, verificada simultaneamente com a valorização da ecologia na sociedade, é fomentada por agricultores de elite, neo-rurais e por técnicos especializados ou agrônomos. No Brasil, cresce o número de agricultores tradicionais que atuam juntamente e que convertem suas unidades convencionais de produção agrícola para unidades de produção ecológicas (BRANDENBURG, 2002).

Este perfil dos profissionais atuantes nas políticas de conservação da natureza indica o prestígio e forte presença dos engenheiros agrônomos nos anos 1960 e 1970, em contraste com o reconhecimento dos biólogos, na atualidade, como detentores de um saber especializado na conservação (FERNANDEZ, 2009).

Com relação aos pequenos produtores do PEPB, estes mantêm desde longa data uma produção de caráter familiar, que alterna a produção de culturas destinadas ao mercado: a banana e o caqui, em menor escala o aipim, a cana, o coco, a manga e outros, além de legumes e hortaliças voltados para a subsistência que também podem entrar no circuito comercial (FERNANDEZ, 2009). A atividade agrícola corresponde a uma parte substantiva da manutenção das unidades familiares, embora a pluriatividade seja uma característica histórica deste grupo de pequenos produtores, inseridos em meio urbano e, portanto, com necessidades elevadas de consumo de bens que não são produzidos em suas propriedades. Além disso, este grupo social deseja subverter as representações estigmatizantes de invasores e depredadores do meio ambiente e desejam fazer parte do pacto ambiental, sendo reconhecidos como sujeitos de direitos a partir de sua anterioridade à criação do PEPB e de seu papel na conservação das suas fronteiras (FERNANDEZ, 2009).

A atuação de mediadores institucionais e do terceiro setor que estimularam a prática do associativismo entre os pequenos produtores, inicialmente com objetivos de

extensão e capacitação técnica, tem contribuído para transformar a leitura deste grupo a respeito de si mesmo, a respeito de sua atividade, incorporando princípios do ambientalismo e redefinindo suas relações com o Instituto Estadual de Florestas e outros atores institucionais. A experiência da organização política e o aprendizado de princípios de representação, a melhoria das redes de comunicação e a aquisição de habilidades tais como falar em público, adquiridos na vida associativa começam a exercer seus efeitos sobre a capacidade deste grupo de defender seus interesses, ter voz ativa em fóruns onde os atores têm recursos sociais, políticos e organizacionais diferenciados como é o caso do conselho consultivo do PEPB em processo de formação (FERNANDEZ, 2009).

Sem dúvida, o processo de construção da identidade de agricultores orgânicos foi decisivamente influenciado pela intermediação de um saber externo, da ONG Roda Viva e, mais diretamente, pelo saber técnico dos engenheiros agrônomos (FERNANDEZ, 2009). Posteriormente, a atuação dos movimentos de agroecologia no maciço ajudaram a disseminar as práticas da agricultura orgânica, agroecológica.

Logo, os números indicam que no Brasil como em outros países, a década de 1990 foi decisiva para o crescimento da produção ecológica e desta forma caracterizadora de um período de expansão e de afirmação dessa modalidade de exploração agrícola. É durante os anos de 1990, ainda, que os movimentos de agroecologia começaram a desempenhar suas lutas também nos mercados, uma vez que a demanda desses produtos já teria aumentado significativamente, o que possibilitou o processo de expansão dos pontos de venda. Assim, houve a regulação dos produtos orgânico / agroecológico responsáveis por toda a comercialização (COMUNELLO, 2010).

É importante acrescentar ainda que, no início, o que ocorre é a vinda de profissionais de vivência urbana que acabam por eleger a agricultura ecológica como uma opção ou estilo de vida diferenciado, o que dinamizou o movimento e os profissionalizou, colocando a agroecologia em condições competitivas com a agricultura convencional. Esses profissionais, ao mesmo tempo em que são movidos pela busca de um modo de vida alternativo não se restringem a uma atuação na esfera técnica ou organizacional, uma vez que também se posicionam politicamente, contribuindo com o processo de politização dos agricultores. No Brasil, desde a sua origem, os grupos da agricultura alternativa estiveram alinhados a movimentos sociais combativos e aos partidos políticos que lutavam por uma democratização social e uma proposta de transformação da sociedade (BRANDENBURG, 2002).

O marco institucional para reconhecimento da agricultura ecológica, no âmbito internacional, foi a criação da Federação Internacional do Movimento de Agricultura Orgânica (IFOAM) em 1972. Na década de 1980 a agricultura ecológica já é beneficiada por políticas públicas de desenvolvimento, principalmente em países europeus. Já em 1991, passa a ser regulamentada e estimulada pela União Europeia, com políticas de subsídio à produção conforme a Lei 2092/91. A regulamentação da produção ecológica dá origem a um sistema de fiscalização e controle da produção. O Estado autoriza entidades que controlam os diversos grupos ou associações de agricultores e desta forma certifica os produtos ecológicos (BRANDENBURG, 2002).

No Brasil, a agricultura ecológica ainda não se encontra regulamentada. Surgem certificadoras nas diversas regiões, sendo o Instituto BioDionâmico - IBD - o mais conhecido, de abrangência nacional, ou seja, são as entidades certificadoras que conferem os selos de garantia, e não as associações. Há iniciativas de certificação

alternativa, como o caso da Rede Ecovida, que instituindo seu próprio selo apresenta uma proposta de vigilância e fiscalização participativa. Nesse caso, há um processo de autovigilância realizado entre os agricultores participantes da Rede (Rede Ecovida s.d. *apud* BRANDENBURG, 2002).

Logo, a Rede Ecovida de Agroecologia atua no desenvolvimento da certificação participativa, metodologia de verificação da conformidade que hoje é também conhecida como Sistema Participativo de Garantia, de modo que o funcionamento da Rede Ecovida é horizontal e descentralizado e está baseado na organização das famílias produtoras em grupos informais, associações ou cooperativas. Estas organizações se articulam com associações ou cooperativas de consumidores, ONGs e outras instituições e formam um Núcleo Regional, circunscrito a determinada área geográfica. Cada Núcleo tem uma coordenação com uma tarefa de animação e gestão. A soma dos diferentes núcleos (nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) formam a Rede Ecovida de Agroecologia. A Rede também possui uma coordenação composta por representantes dos estados que além da função animadora, também possui uma função deliberativa¹⁶.

Outro fator importante é que no Brasil, a agricultura alternativa surge diante de contextos de uma política agrária excludente, motivada por organizações politicamente engajadas e visando à construção de uma sociedade democrática e com a perspectiva de transformação social. Recentemente, agricultores com formação técnica ou acadêmica dinamizam a agricultura alternativa e atuam no sentido de obter um reconhecimento societário e uma institucionalização do padrão agroecológico de produção (BRANDENBURG, 2002)

¹⁶ Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em: 6 de julho de 2018.

Além disso, vale acrescentar que o cuidado com o alimento e com o meio ambiente tem levado consumidores para mercados de orgânicos locais. Em uma feira é possível que haja cidadãos, “consumidores puros”, engajados ou interessados em diferentes graus pela alimentação orgânica (PORTILHO, 2009, p. 64), ou seja, nem todos que frequentam as feiras ou que se alimentam de alimentos orgânicos fazem uso único e exclusivo de orgânicos. Pode-se dizer, que atualmente o perfil de consumidores é bastante variado e boa parte dos consumidores fazem uso tanto de alimentos puramente orgânicos como também de alimentos industrializados e com agrotóxicos.

Dessa forma, acredito que haja diversos fatores que dificultam o consumo exclusivo dos alimentos orgânicos. Em entrevistas realizadas nas feiras, pude perceber, através de diferentes discursos de feirantes e produtores, que estes gostam de chegar bem cedo às feiras e que fazem isso devido à dificuldade que se tem de encontrar variedade ou até mesmo pela escassez de alguns produtos. Um feirante chegou a relatar sua necessidade de chegar cedo à feira, pois só assim encontraria alguns alimentos que, segundo ele, costumavam acabar mais rápido. Outro fator relatado, e que acredito que tenha grande impacto para que haja consumo exclusivo dos alimentos orgânicos, é a questão dos preços. Os consumidores da zona oeste do Rio ainda colocam como obstáculo o fato dos alimentos das feiras orgânicas serem mais caros do que os encontrados em feiras convencionais, o que dificulta o consumo frequente dos produtos.

Logo, supor que todos os consumidores são “radicais” é equivocado. As feiras são distantes para muitos moradores, principalmente a do Rio da Prata, que se situa uma das localidades agrícolas do Maciço da Pedra Branca que, no caso dos consumidores da zona oeste, o engajamento acaba sendo menor, tendo em vista que os produtos orgânicos têm custo mais elevado e que muitos consumidores dessa região não estão

dispostos a pagar pelo valor ou ainda não possuem condições de arcar com o custo (FERNANDEZ E FERREIRA, 2015).

Já com relação à procura por alimentos orgânicos, pesquisas apontam que as principais razões e motivações utilizadas para justificar o consumo giram em torno de preocupações com a saúde pessoal e familiar, alimentos seguros, sabor e aroma, baixo impacto ambiental no processo de produção, bem estar animal, qualidade de vida dos pequenos agricultores e estímulo à forma tradicional de produção. Outras pesquisas dedicam-se a analisar o percentual a mais que um consumidor estaria disposto a pagar pelo produto orgânico (PORTILHO, 2009, p.62), ou seja, visam a desenvolver uma agricultura que, sob o ponto de vista dos atores, é também respeitosa ao meio ambiente, à medida que leva em conta níveis adequados e gestão controlada de insumos objetivando: 1) reduzir o impacto sobre o meio ambiente; e 2) não ultrapassar a capacidade de suporte dos recursos naturais. (BRANDENBURG, 2002).

Quanto a relações de sociabilidade e confiança, essas são construídas na prática cotidiana de frequentar e consumir os produtos de uma feira orgânica, onde é possível comprar diretamente com o produtor (PORTILHO, 2009). Em visita às feiras pude perceber que existem aqueles consumidores mais assíduos que já possuem maior familiaridade com os produtos. Estes já conhecem os vendedores, chamando-os pelo nome, e ao chegarem já sabem exatamente os produtos que irão comprar, demonstrando proximidade com o que é comprado. Conversam com outros feirantes, brincam e demonstram estar em um ambiente de descontração. Na fala de um feirante com o produtor/vendedor da feira, é possível assinalar o seguinte discurso: *“Bom dia, querido. Cadê meu coentro? Não acredito que o senhor esqueceu de mim? Vim só pra comprar o*

coentro e ia usar pro almoço. Traz, por favor, na semana que vem. Não esquece de mim hein”¹⁷.

Uma dimensão ética, política e ideológica tem relacionado não só os hábitos de consumo alimentar, mas também os locais e as formas de aquisição e preparo dos alimentos à preservação ambiental e à solidariedade com os produtores, em especial os pequenos produtores locais. A opção pelos alimentos orgânicos e a culinária de um grupo social agem na conformação de relação de pertencimento de seus membros a um determinado estilo de vida, expressando suas identidades. Logo, a alimentação passa de uma dimensão da esfera privada (preferências individuais, hábitos culturais, recomendações nutricionais e médicas) para uma dimensão ética e política que busca uma responsabilidade sobre as consequências das escolhas alimentares na esfera pública (PORTILHO, 2009).

Neste contexto de emergência desses novos valores, a ONG Roda Viva gerou um projeto que tinha como ideia central reverter uma agricultura extrativista rudimentar e extensiva, com baixos índices de produtividade, como até então era praticada, por outra, em sistema de agrofloresta, cultivada em áreas menores, com agregação de valor ao produto orgânico e do beneficiamento de parte dele, como é o caso da banana-passa (FERNANDEZ, 2009).

Segundo Fernandez (2009), o Governo estadual, em contrapartida, se encarregaria de conseguir um bom ponto de venda para os produtores. A garantia de um ponto de comercialização, de acordo com Fernandez (2009), possibilitaria não apenas maior rendimento aos agricultores, como também, conferiria progressivamente um status especial a eles, frente à sociedade, sobre seu papel na conservação do Parque.

¹⁷ Fala retirada de conversa entre uma consumidora assídua e um dos principais vendedores atuantes da feira orgânica do Rio da Prata.

Infelizmente, as negociações de um ponto de vendas na rodoviária de Campo Grande, administrada pela CODERTE, não chegou a ser assinada pela então Governadora Benedita da Silva. Da mesma forma, as negociações para um espaço na feirinha do Jardim Botânico acabaram sendo minadas pelos diretores desta Instituição, sem explicações muito claras. Os agricultores, contudo, suspeitam que justamente a sua condição de produtores em uma área de proteção integral e, portanto, de “*destruidores do parque*”, foi utilizada como acusação que inviabilizou a negociação (FERNANDEZ, 2009).

Assim, ainda segundo Fernandez (2009), aos poucos o projeto foi sendo implantado. O aprendizado técnico-científico, institucional e a vivência de experiências possibilitou a construção da identidade do agricultor orgânico em oposição aos demais agricultores convencionais. Porém, o que se percebeu é que na prática foram poucas as diferenças entre ambos, uma vez que a cultura da banana e do caqui exige muito pouco manejo, utilização de insumos, irrigação ou agrotóxicos. A diferença essencial na rotina agrícola consiste na abolição das queimadas e do uso do carbureto para amadurecer a banana e o caqui. Diante desta constatação, alguns agricultores inseridos no projeto se surpreenderam: *nós éramos praticamente orgânicos e não sabíamos* (FERNANDEZ, 2009).

Neste sentido, tornar-se orgânico, para esses agricultores do Rio da Prata, muito mais do que uma alteração radical no seu sistema tradicional de produção, significou a modificação de sua leitura de mundo, através da adesão a um conjunto de preceitos e valores ligados ao ambientalismo, ao cuidado com a saúde dos produtores e dos consumidores, que por sua vez têm transformado a sua autoestima, percepção a respeito

do Parque, do meio-ambiente, da sua identidade como agricultor e seu interesse em desenvolver e/ou diversificar suas atividades na agricultura (FERNANDEZ, 2009).

Quanto ao sistema de comercialização alternativo, com é o caso das feiras, este não desempenha apenas o papel de transação comercial, mas também ali se constroem espaços de sociabilidade, de degustação de produtos e de reeducação de hábitos alimentares, de difusão de informações sobre questões relacionadas à saúde e dos modos de produção de alimentos (BRANDENBURG, 2002). Além disso, a partir desses espaços de sociabilidade desenvolvem-se vínculos de solidariedade entre produtores e consumidores, dando origem a organizações de consumidores de produtos ecológicos (BRANDENBURG, 2002).

Com relação às técnicas, conhecimento e a gestão desta modalidade de organização produtiva ficou circunscrito aos âmbitos informais da relação social e distante das instituições formais de pesquisa. Nesse sentido, sua disseminação ficou restrita à troca de experiências através de relações informais, de encontros e conversas pessoais, sendo as próprias lavouras, as visitas ou mesmo os dias de festas. Assim, as estratégias de gestão da organização da produção ecológica não apenas são orientadas por uma lógica econômica, mas por uma experiência oriunda de uma história de vida (BRANDENBURG, 2002 *apud* PETERS, 1994). Uma história em que, sob ponto de vista ecossocial, a natureza não é negada e substituída por outros processos de produção, mas atua como aliada, fundamentando padrões de orientação de gestão produtiva, ou seja, a diversidade de atividades agrícolas e pecuárias cumpre um papel não apenas de equilíbrio e de preservação no sentido ecológico, mas também de afirmação de uma identidade, o que permite que haja maior autonomia na agricultura

familiar, uma vez que o agricultor é tido como agente principal (BRANDENBURG, 2002).

Com relação aos agricultores, a expansão que houve da agricultura ecológica, verificada simultaneamente com a valorização da ecologia na sociedade, foi fomentada por agricultores de elite, neo-rurais e por profissionais qualificados (RUALT,1999; KARAN, 2001; BALEWSTRIN, 2002), o que não significa dizer que os agricultores tradicionais não participaram do movimento. Pelo contrário, no Brasil cresceu o número de agricultores tradicionais que converteram suas unidades convencionais de produção agrícola para unidades de produção ecológicas, devido a motivos tais como a saúde, as vantagens econômicas, a convicção ideológica e a conservação dos recursos naturais, podendo se identificar motivações de caráter ético e social. A maior parte dos agricultores alternativos e ecológicos que converteram e convertem seus sistemas de produção, hoje no Brasil, é familiar (BRANDENBURG, 2002).

Com o aumento na demanda por produtos ecológicos, categorias novas de agricultores convertem a produção convencional. Com isso, cresce a oferta, os meios de comercialização se reestruturam e os produtos ecológicos deixam de ser comercializados nos âmbitos restritos dos "nichos de mercado" para ocupar espaços no mercado convencional e nas grandes redes de supermercado. Nessa nova condição, os produtos passam a ser certificados e identificados com os selos de garantia. Devidamente padronizados, os ecoprodutos disputam a venda com produtos industriais convencionais e passam a ser consumidos não apenas por clientes fiéis regulares como também por clientes ocasionais. Em contrapartida, passam a enfrentar a concorrência de produtos alternativos como os dietéticos, integrais, produtos do campo (BRANDENBURG, 2002).

Estudos realizados na França revelam que os novos consumidores e os ocasionais, sendo mais exigentes em preços, são sensíveis a esses modelos alternativos de produção (BRANDENBURG, 2002 *apud* SILVANDER,1999). Além disso, muitos consumidores desinformados confundem os dietéticos e outros produtos convencionais, com embalagem que trazem apelos ambientais ou alternativos com os ecoprodutos. Nesse sentido, o preço dos produtos vem sendo uma preocupação por parte dos agricultores ecológicos, seja em função da concorrência, seja em função de uma excessiva redução do preço que poderia eliminar as vantagens econômicas da agricultura ecológica frente à agricultura convencional (BRANDENBURG, 2002).

Outro fator interessante é o vigor das feiras locais e dos esquemas de entrega direta dos produtos alimentícios. Também são promovidos eventos, como festas organizadas por grupos ou agricultores em propriedades agrícolas, no sentido de aproximar o consumidor e motivá-lo a tomar conhecimento sobre os modos de produção agrícola e as atividades de gestão dos recursos da natureza (BRANDENBURG, 2002).

A exemplo disso, temos a festa chamada de Tira Caqui, que foi organizada pela primeira vez no ano de 2011 numa parceria entre o Projeto Profito e a Rede Ecológica. Desde então, o dia 21 de abril tem sido dedicado à colheita solidária dessa fruta, que é uma demonstração da vitalidade da agricultura na cidade do Rio de Janeiro. A Rede Carioca de Agricultura Urbana (CAU) tem gestado e aperfeiçoado esse evento com agricultores e consumidores, sendo um movimento social que enfatiza a agroecologia na cidade do Rio de Janeiro e trabalha em convergência com a economia solidária como setor e em sua forma mais tradicional que denominamos dádiva. Esse é o princípio

fundante do Tira Caqui. O feriado de Tiradentes é, então, pelo oitavo ano consecutivo, dedicado à dádiva do caqui e da agricultura local¹⁸.

Outro evento popularmente conhecida na região, é a chamada festa do caqui. Esta ocorreu em 4 edições (2014, 2015, 2016 e 2017), foi criada por Graciano Caseiro, em parceria com a Agroprata, com o intuito de dar visibilidade para a produção de caqui local. Nesse período a festa existiu com base em parcerias e apoios. Os organizadores mantêm informações acerca do evento através da rede social do Facebook e informaram que neste ano de 2018 não seria possível realizar outra edição devido à dificuldade de arrecadar auxílio financeiro, porém confirmaram que a edição de 2019 ocorrerá e estão se mobilizando para isso¹⁹. Tendo estado presente em um dos dias da festa, pude perceber a animação dos produtores e consumidores que se reuniam em um momento de grande festividade e fartura. A festa do caqui é um evento solidário que ocorre no mesmo espaço onde acontece a feira orgânica do Rio da Prata, na Estrada da Batalha, já subindo o morro. Ao chegar ao local, já é possível escutar a música animada e observar as barraquinhas cheias de alimentos orgânicos, em especial o caqui, que é visto de diferentes formas, de modo que é possível encontrá-lo em lotes, como também o famoso caqui-passa, suco de caqui, doces, vinagre, dentre outras.

Por fim, cabe dizer que os produtores atuantes nas feiras pesquisadas têm uma ampla preocupação com o que é comercializado nas feiras, bem como com a origem e qualidade dos seus produtos orgânicos / agroecológicos e isso se converte na vinda de consumidores engajados, ou não, e que estão dispostos a encontrar um alimento saudável, fresco e limpo de qualquer tipo de componente químico.

¹⁸ ASPA. “O caqui: festa na agricultura urbana carioca”. In: www.aspta.org.br. ASPA. Disponível em: <http://aspta.org.br/2015/04/o-caqui-festa-na-agricultura-urbana-carioca/>. Acesso em: 13 de julho de 2018.

¹⁹ Os organizadores mantêm a página atualizada com todas as informações referentes ao evento. Retirado da página do Facebook (www.facebook.com).

No caso da banana orgânica do Maciço, o que se percebe é que a maioria dos consumidores e produtores tem autonomia para debater sobre o assunto e se importam, de fato, uma vez que eles têm conhecimento acerca dos agroecológicos. A isso Bourdieu caracteriza como capital linguístico. Ao chegar nas feiras, se percebe que os discursos são guiados por uma linguagem comum, socialmente condicionada a debater sobre questões comuns, que são orientadas, nesse caso, a tratar de alimentos orgânicos, livres de nocivos, saudáveis, questão voltadas para a agricultura familiar, etc.

A diferença entre consumidor verde e consumidor sustentável

A questão do impacto ambiental do consumo foi definida inicialmente nos limites da noção do que era chamado de consumo verde, concentrando-se um pouco mais tarde no chamado “consumo sustentável” (PORTILHO, 2005). O surgimento da idéia de um consumo verde só foi possível, basicamente, a partir da conjunção de três fatores inter-relacionados: o advento, a partir da década de 1970, do ambientalismo público; a “ambientalização” do setor empresarial, a partir dos anos 1980; e a emergência, a partir da década de 1990, da preocupação com o impacto ambiental de estilos de vida e consumo das sociedades afluentes. A partir disso começou-se a considerar o papel e a co-responsabilidade dos indivíduos comuns, em suas tarefas cotidianas, para a crise ambiental (PORTILHO, 2005).

O poder político das nações industrializadas e de alguns grupos científicos manteve, até a década de 1970, uma definição estreita da questão ambiental. Segundo Portilho (2005), até o momento, a crise estava sendo atribuída ao crescimento

demográfico, principalmente, nos países em desenvolvimento, o que teria levado a uma grande pressão humana sobre os recursos naturais do planeta.

A partir daquela época, com a realização da Conferência de Estocolmo, os países em desenvolvimento tornaram explícito o argumento de que, na realidade, os principais responsáveis pela crise ambiental eram as nações industrializadas, devido ao modo de produção das indústrias, estas nações eram os maiores consumidores de recursos e energia do planeta e os maiores poluidores (PORTILHO, 2005). Isso fez com que houvesse o incentivo de um primeiro deslocamento das atenções do crescimento populacional nos países do Sul para os padrões de produção dos países do Norte ocidental. Começou assim um processo gradual de internalização da pauta ambiental nos meios de produção, seja por pressão governamental, através do estabelecimento de novas normas e exigências ambientais, ou por pressão dos movimentos ambientalistas, que foi através de denúncias, manifestações e boicotes, e ainda por iniciativa dos próprios empresários que se apropriaram do discurso ambiental (PORTILHO, 2005).

Logo, seguindo ainda o pensamento de Portilho (2005), durante os preparativos para a Rio92, as negociações preliminares envolveram debates controversos sobre a relação entre estilo de vida e práticas de consumo e problemas ambientais globais. Os documentos produzidos durante a conferência começaram a apontar a responsabilidade dos estilos de vida e consumo, principalmente das populações dos países do Norte, pela crise ambiental, o que acarretou em uma segunda mudança no discurso dominante, cujo foco passou dos problemas ambientais causados pela produção para os problemas ambientais causados pelo consumo.

Esse segundo deslocamento do debate ambiental coincide com uma tendência de mudança paradigmática do princípio que estrutura e organiza a sociedade, o qual

também passa da produção para o consumo, em um momento em que na sociedade pós-industrial, o lazer e o consumo se tornaram as atividades fundamentais (PORTILHO, 2005), porém não deixando de lado o viés da produção.

Sendo assim, surge o então chamado “consumidor verde”, que é aquele responsável por escolhas conscientes e pautadas na qualidade do meio ambiente. Segundo Portilho (1995), este é tido como o que, além da variável qualidade/preço, inclui em seu “poder de escolha”, a variável ambiental, preferindo produtos que não agredam ou sejam percebidos como não-agressivos ao meio ambiente, ou seja, o consumo verde permite que consumidores comecem a trocar uma determinada marca ou outra, ou até mesmo deixar de adquirir determinado produto, devido ao fato de não concordar com suas procedências ambientais, de modo que as escolhas e ações individuais são motivadas pelas questões ambientais. Porém, o consumo verde não resolveu todos os problemas, em um dado momento em que percebeu-se que ele só atinge a tecnologia, e não os processos de produção e distribuição. Portilho (2005), por exemplo, alerta para o fato de que a estratégia de consumo verde enfatiza produtos elitizados, destinados para uma parcela da sociedade, enquanto os pobres ficam com produtos inferiores e com um nível de consumo abaixo do atendimento das necessidades básicas.

Assim, foram surgindo novas propostas que pudessem dar maior sustentação, como é o caso do consumo sustentável. Aqui, a alternativa para as ações individuais seria estabelecer um compromisso com a moralidade pública, através de ações coletivas, e implementar políticas multilaterais de regulação, tanto da produção quanto do consumo, fazendo com que a estratégia de produção e consumo limpos ou verdes comece a perder espaço para uma estratégia de produção e consumo sustentáveis.

A ideia de consumo sustentável não se limita a mudanças do comportamento do indivíduo, nem a mudanças no design de produtos, ou na forma de prestação de um serviço para atender a esse novo nicho de mercado. Não deixa de destacar o papel do consumidor, mas o faz priorizando suas ações, individuais ou coletivas, como práticas políticas, ou seja, é uma proposta que consolida ou enfraquece o exercício da cidadania e a participação na esfera pública (PORTILHO, 2005), de modo que a relação entre a compra de alimentos orgânicos e o meio ambiente aparece como uma forma de os consumidores incentivarem a produção de alimentos em uma cadeia sustentável, com práticas agrícolas ecológicas, que não agredem o ambiente (CASTANEDA, 2012).

Logo, tal como os antigos, os novos consumidores são motivados a procurar alimentos ecológicos por questões de saúde e segurança alimentar. Esta é a razão principal para a expansão do mercado de produtos ecológicos, à medida que a sociedade toma conhecimento dos riscos relacionados com produção industrial de alimentos e com as consequências que eventualmente podem ocorrer com o acúmulo de resíduos tóxicos no organismo humano (BRANDENBURG, 2002).

A percepção dos riscos alimentares e a sociedade de risco

Segundo Renata Menasche (2014), se somos o que comemos, temos que nossa identidade se define pelo que comemos, ou seja, pelos significados que, no comer, partilhamos. No início dos anos 1990, acentuou-se em diversos países do mundo a preocupação com relação à contaminação alimentar, o que gerou a queda da confiança

dos consumidores em relação aos alimentos produzidos pela indústria agroalimentar (MENASCHE, 2014).

De acordo com Menasche (2014), o que ocorre na sociedade contemporânea é uma ansiedade associada à alimentação, vinculada ao desconhecimento em relação ao que se coloca à mesa, por sua vez decorrente do atual distanciamento dos consumidores em relação aos processos de produção dos alimentos e da intensificação de sua transformação industrial. Há atualmente, uma valorização ao que é artesanal, caseiro, fresco e natural, justamente devido à desconfiança existente dos alimentos que são produzidos pela agroindústria alimentar, o que fez com que o ato de comer tenha se tornado uma prática política (MENASCHE, 2014).

A preocupação política com relação à alimentação se expandiu, entre outros fatores, como os escândalos alimentares, as controvérsias científicas, a percepção e a publicização de riscos, as ideologias alimentares e os discursos e práticas de consumo consciente, que colocam o tema da alimentação, cada vez mais, no centro dos debates políticos (PORTILHO, 2011). Assim, podemos citar a doença chamada de encefalopatia bovina espongiiforme, popularmente conhecida como a “*doença da vaca louca*”, que ocorreu na Inglaterra em 1996, devido à reciclagem, sem controle, de carne, ossos, sangue e vísceras usadas na fabricação de ração animal. Tal escândalo provocou reações em todo o mundo e fez emergir uma forte consciência do risco. Com a vinda de outros escândalos tais como a febre aftosa, a salmonela e a “*gripe suína*”, a partir da década de 1990, a alimentação alcançou os debates públicos, levando ao que conhecemos atualmente como a percepção do risco e da possibilidade de uso político nas escolhas do que será consumido (PORTILHO et al., 2011).

Na percepção dos riscos na alimentação, o que é considerado perigoso nos alimentos escapa aos sentidos, e a confiança em relação à comida passa a ser abstrata. Logo, no momento em que os consumidores se dão conta dos riscos associados ao consumo de alimentos, ingressam na arena política que, no campo da alimentação, se caracteriza pelo crescente número de escândalos alimentares e conflitos de controle e regulação, bem como pelo grande número de discursos conflituosos e os consumidores tendem a querer controlar suas práticas de consumo (PORTILHO, et al., 2011).

Durante a pesquisa, pude acompanhar feiras orgânicas e feiras convencionais que vendem produtos orgânicos, uma vez que muitos vendedores das feiras orgânicas certificadas também atuam nas feiras convencionais. Porém, caminhando por uma das feiras convencionais, encontrei uma barraquinha com bananas e caquis com características parecidas aos produtos locais do Rio da Prata, com aparência mais rústica. A banana era riscada e menor do que costuma ser a banana com agrotóxicos. Quando perguntada, a vendedora me afirmou ser um produto natural, livre de agrotóxicos ou qualquer outra substância, tratando-se, portanto, de bananas e caquis de sua própria lavoura, como preferiu denominar.

Sendo assim, continuei as pesquisas e em conversa com outros produtores da feira orgânica de Campo Grande, estes afirmaram que os produtos vendidos na feira convencional em que estive anteriormente tratavam-se, na verdade, de produtos madurados com carbureto de cálcio. Aqui, é importante notar que existe um determinado controle por parte dos próprios agricultores a respeito de quem planta ou não de modo limpo e depois comercializa nas feiras, de modo que é possível notar que além do sistema de certificação oficial, existe ainda um outro tipo de controle que parte

da informalidade e que classifica os alimentos e seus agricultores, o que também pode ser feito pelos consumidores.

Logo, o carbureto de cálcio trata-se de uma substância sintética produzida a partir da pedra do calcário, porém, em muitos países, sua utilização para amadurecimento de frutas tornou-se ilegal. Diversos riscos graves à saúde estão associados ao carbureto de cálcio, mas ainda há controvérsias sobre os prejuízos causados aos humanos pela quantidade utilizada para o amadurecimento de frutas. Um dos riscos oferecidos é a presença de substâncias cancerígenas, como o arsênico e o fósforo. Os sintomas de envenenamento por carbureto de cálcio incluem vômitos, diarreia, queimação ou sensação de formigamento, dormência, dor de cabeça e tonturas. Além disso, na maior parte dos casos, a formação dos açúcares da fruta não é acelerada na mesma intensidade, de maneira que o produto final não é tão doce quanto a fruta amadurecida naturalmente²⁰.

Além disso, de acordo ainda com relatos das produtoras, existe a prática de utilização do herbicida roundup que, segundo elas, tem sido muito comum por muitos produtores atuantes em feiras convencionais e que se apropriam da dificuldade de reconhecimento de um produto orgânico para vender produtos que na verdade não podem ser classificados como tal, que não possuem associação e certificação.

Um estudo que foi feito na Universidade de Cahen, na França, publicado na revista Environmental Health Perspectives (do National Institute of Environmental Health Sciences)²¹, apontou para os riscos que podem surgir para a saúde humana

²⁰ EHow Brasil. “O efeito do carbeto sobre o amadurecimento de frutas”. In: www.ehow.com.br. **EHow Brasil**. Disponível em: www.ehow.com.br/efeito-carbeto-sobre-amadurecimento-frutas-info_66378/. Acesso em: 25 de março de 2018.

²¹ Revista Radis. “Roundup, o perigo”. In: www6.ensp.fiocruz.br. **Radis Comunicação e Saúde**. Disponível em: www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/33/toques/roundup-o-perigo. Acesso em: 25 de março de 2018.

decorrentes do uso de roundup. Um amplo espectro de herbicidas à base de glifosato, comumente vendidos na forma comercial Roundup, da empresa Monsanto, tem sido empregado desde os anos 1970. Roundup é uma combinação do glifosato com outros químicos. O estudo mostrou que o glifosato é tóxico para as células da placenta humana, destruindo grande porção delas após 18 horas de exposição em concentrações inferiores às utilizadas na agricultura e o Roundup é no mínimo duas vezes mais tóxico do que o glifosato, sendo, portanto, muito perigoso, não podendo nem mesmo estar próximo de outros animais, devido ao alto risco de intoxicação²².

Portanto, cabe aqui um amplo debate sobre a questão da alimentação de risco, uma vez que a dificuldade de conhecimento acerca do que é comprado e colocado a mesa, faz com que o consumidor tenha cada vez mais preocupação em saber o que está comprando e de onde está comprando, havendo atualmente grande desconfiança sobre a origem do que é consumido.

O conceito de sociedade de risco, descrito por Beck (1998 *apud* PORTILHO, 2005), designa um estágio da modernidade em que muitas ameaças e perigos estão sendo confrontados na esfera individual, sendo cada vez mais percebidos, interpretados e resolvidos pelos próprios indivíduos, dominando os debates, tanto públicos quanto privados. Dessa forma, a vida privada torna-se o lócus de novos conflitos políticos em que o aspecto politizador está no fato de que o microcosmo das condutas pessoais se inter-relaciona com o macrocosmo dos problemas globais (PORTILHO, 2005).

Segundo Beck (2011), os riscos, assim como as riquezas, são objetos de distribuição, constituindo igualmente posições de ameaça ou posições de classe, de

²² Revista Radis. “Roundup, o perigo”. In: www6.ensp.fiocruz.br. **Radis Comunicação e Saúde**. Disponível em: www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/33/toques/roundup-o-perigo. Acesso em: 25 de março de 2018.

modo que os riscos vividos pressupõe um horizonte normativo de certeza perdida, confiança violada. Riscos são, nesse sentido, imagens negativas objetivamente empregadas de utopias nas quais o elemento humano é conservado e revivido no processo de modernização (BECK, 2011).

Para o autor, a produção social da riqueza é acompanhada pela produção social dos riscos, tratando especificamente dos riscos socialmente reconhecidos. Aquilo que até então era tido como apolítico torna-se político. De acordo com o pensamento do autor, subitamente a esfera pública e a política passam a reger na intimidade do gerenciamento empresarial. Logo, os riscos apresentam efeitos colaterais como perdas de mercado, depreciação do capital, controles burocráticos das decisões empresariais, etc. Emerge, assim, na sociedade de risco, em pequenos e grandes saltos, o “potencial político das catástrofes”. Nela, o estado de exceção ameaça converter-se em normalidade (BECK, 2011).

Por trás de todas as retificações, cedo ou tarde emerge a questão da aceitação desses riscos: “Como queremos viver?”. Nesse sentido, o propalado discurso da “catástrofe” é a expressão exagerada, radicalizada objetivamente de que tal processo não é desejado. Logo, riscos, segundo o autor, precisam ser vistos com antecipação, como destruições que ainda não ocorreram, mas que são iminentes, e que, justamente, nesse sentido, já são reais hoje. Os riscos indicam um futuro que precisa ser evitado.

Atualmente, já possuem diversos estudos que nos alertam para os perigos e cuidados que devemos ter com a saúde, devido ao uso desenfreado de agrotóxicos na grande maioria dos alimentos que compramos. Esse, portanto, é um risco real, presente na sociedade. Seguindo a lógica do autor, podemos dizer que são riscos que podem

representar destruições, uma vez que pode afetar diretamente na saúde de indivíduos e no meio ambiente.

Desse modo, o núcleo da consciência de risco não está no presente, mas no futuro. Na sociedade de risco o passado deixa de ter força determinante em relação ao presente. Em seu lugar entra o futuro, algo inexistente, porém que se percebido em nosso presente poderá ser modificado, ou seja, tornamo-nos ativos hoje para evitar problemas de crises do amanhã ou do depois de amanhã, para tomar precauções em relação a eles (BECK, 2011).

Nesse contexto, o autor já previa problemas futuros presentes em nossa alimentação. Este nos fala que cozinhar e comer convertem-se numa espécie de química alimentar implícita, numa espécie de “cozinha do diabo”, com pretensão minimalizadora. Assim, o autor aponta para a ideia de que seria muito provável que, em reação às notícias de contaminação na imprensa e televisão, começassem a surgir hábitos de alimentação e de vida “antiquímicos”, distribuídos em relação à camada social. Essa afirmação de fato ocorre, uma vez que encontramos com frequência estudos, pesquisas e até mesmo consumidores preocupados tanto com a questão da preservação do meio ambiente, como também com a saúde, na busca por uma alimentação saudável.

Outro autor a tratar desta questão é Anthony Giddens (2007). Para ele, risco seria a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança, que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confiá-lo à religião, à tradição ou aos caprichos da natureza. (GIDDENS, 2007). As culturas tradicionais não tinham um conceito de risco, porque, de fato, antes não precisavam disso. Risco não é o mesmo que infortúnio ou perigo. Risco se refere a infortúnios ativamente avaliados em relação a

possibilidades futuras. A palavra só passa a ser utilizada em sociedades orientadas para o futuro, que veem o futuro precisamente como um território a ser conquistado. Nesse sentido, ao se referir à infortúnios, é fácil se lembrar dos Azande, de Evans Pritchard (2005), que acreditavam que quando este se abate sobre alguém é resultado de feitiçaria, de modo que se uma pessoa adocece, por exemplo, é porque um inimigo andou praticando magia negra. Essas ideias, porém, não desapareceram com a modernização, mas com frequência são tidas como superstição (GIDDENS, 2007).

Todos esses conceitos trazem a ideia dos riscos iminentes que estão presentes no consumo dos alimentos que contêm agrotóxicos. A preocupação que se tem com relação ao consumo é tamanha, uma vez que, como já foi comentado anteriormente, já temos diversos estudos que alertam para o uso exacerbado e inconsequente dos agrotóxicos, que podem prejudicar não apenas na saúde dos indivíduos que os consomem, como também na saúde dos produtores durante o uso em plantações e lavouras, já que se trata de um produto extremamente tóxico e nocivo. Durante a ida ao campo, em meio às conversas com feirantes e consumidores, foi possível notar a conscientização que se tem sobre esses fatores.

A banana orgânica, nesse sentido, é um exemplo - como muitos outros - de produto a ser comercializado e que oferece ao consumidor uma valoração especial, além de maior segurança e confiança com relação ao que está sendo consumido. Não é possível falar de qualquer alimento orgânico ou das feiras, sem pensar nos fatores que levam os consumidores a fazerem tais escolhas e, certamente, a escolha por maior segurança alimentar, confiabilidade e transparência do que está sendo consumido é um dos fatores influenciadores na escolha por determinado consumo.

De acordo com Giddens (2007), não sabemos qual é o nível de risco, e em muitos casos não saberemos ao certo. A exemplo disso, temos o caso do acidente da usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, onde ninguém sabe quais serão suas consequências a longo prazo. Pode haver, ou não, um desastre para a saúde ali aguardando, pronto para eclodir daqui a certo tempo. O mesmo pode ainda ser dito sobre o caso da encefalopatia espongiforme bovina, no Reino Unido, como falado anteriormente (GIDDENS, 2007).

O interessante na modernidade é que os indivíduos reconhecem o caráter essencialmente fluido das ciências, de modo que cada vez mais uma pessoa decide o que comer, o que tomar no café da manhã, se será café descafeinado ou comum, ela toma uma decisão no contexto de informações científicas e tecnológicas conflitantes e mutáveis. Além disso, como consumidores, cada um de nós tem de decidir se vai tentar evitar produtos geneticamente modificados, ou não. Esses riscos, e os dilemas que os envolvem, penetram profundamente em nossas vidas cotidianas (GIDDENS, 2007).

A politização do consumo

De acordo com Portilho (2005), na modernidade clássica o conceito de política significava deixar a esfera privada para dedicar-se à pública. Surge agora a necessidade de permitir a invasão do político na esfera privada para que as experiências antes consideradas como declínio ou morte da política possam ser pensadas como reposicionamento do político. A autora lembra que essa nova qualidade do político se fortalece justamente com a expansão da preocupação ecológica:

A vida privada torna-se, em essência, o brinquedo de resultados e teorias científicas, ou de controvérsias e conflitos públicos. As questões de um longínquo mundo de fórmulas químicas explodem com uma seriedade mortal nos recônditos mais internos da conduta da vida pessoal como as questões do eu, da identidade e da existência, e não podem ser ignoradas. (...) Na sociedade de risco global, a privacidade – como a menor unidade concebível do político – contém dentro de si a sociedade mundial (PORTILHO, 2005).

Existem diferentes táticas que são utilizadas pelos consumidores como forma de politização do consumo e que funcionam como meios de pressão política, dentre elas boicotes, cooperativas de consumo, rotulagens etc. (PORTILHO, 2005).

Segundo Castañeda (2012), a politização da esfera do consumo se refere à percepção e ao uso das práticas e escolhas de consumo como uma forma de participação na esfera pública nas sociedades contemporâneas, de modo que ambos os processos tratam da tentativa de dar concretude à adesão dos agentes consumidores a valores em prol de melhorias sociais e ambientais, materializando-os e tornando-os públicos (PORTILHO, 2005; STOLLE et al, 2005 *apud* CASTANEDA, 2012)

Dessa forma, sendo o consumo um local onde ocorrem inúmeros conflitos entre as classes, em certas condições o consumo pode se tornar uma transação politizada, na medida em que incorpora a consciência das relações de poder envolvidas nas relações de produção e promove ações coletivas na esfera pública (PORTILHO, 2005 *apud* BLEE, 1985). Assim sendo, segundo Portilho (2005), uma das respostas políticas para a percepção da exploração nas relações de consumo pode ser a tentativa de evitar a exploração aumentando a proporção de consumo realizado fora do mercado

convencional ou implementando ações de protesto e boicotes, fazendo com que o consumo possa reelaborar as possibilidades de luta e participação política.

Logo, quando tratamos de politização do consumo, percebemos que os indivíduos não são vistos mais como alienados e passivos quando tidos como consumidores, dando lugar ao que é denominado de consumidores-cidadãos, pois são sujeitos de uma nova cultura de direitos, decorrente de uma recente conquista de poder, liberdade e autoestima (PORTILHO, 2005), além do interesse pela busca de maiores informações acerca do que é consumido e participação até mesmo em movimentos sociais, neste caso os movimentos dos consumidores, como forma de ação política, podendo indicar um fortalecimento da autoridade e autonomia do consumidor.

Assim, o consumo surge como forma de ação política, uma vez que incorpora valores tais como solidariedade e responsabilidade socioambiental, de modo que passam a surgir discursos, ideologias, movimentos sociais, com o objetivo de buscar soluções para o enfrentamento de problemas sociais e ambientais, visando práticas de consumo responsável, consciente, ético e sustentável (PORTILHO, 2011).

Tudo isso pode fazer com que o consumidor tenha maior sentimento de pertencimento na sociedade, através de discussões e trocas dentro da sua rede social, de modo que os consumidores podem perceber o significado de suas próprias ações em relação aos seus efeitos no meio ambiente e em outros grupos sociais. Para Portilho (2005), isso poderia até produzir sentimentos de cidadania mais fortes, uma vez que os consumidores passariam a ver suas próprias práticas como parte de uma comunidade política mais ampla, ou seja, os consumidores se colocam em uma posição de reconhecimento de suas ações em relação aos seus efeitos no meio ambiente, o que gera sentimentos de cidadania mais fortes e amplia os laços, desenvolvendo espaços de

interações sociais, como é o caso dos consumidores de alimentos orgânicos, uma vez que a seleção de mercadorias está relacionada às relações sociais e aos valores mais importantes para o consumidor que é engajado ou não.

Porém cabe dizer que as ações individuais não são o espaço onde mudanças profundas nos padrões de consumo devem ser esperadas, sem uma pressão vinda das organizações sociais e das instituições políticas eleitas democraticamente, de modo que o debate sobre meio ambiente e consumo possa se dar numa arena ao mesmo tempo pública e privada. Dessa forma, a estratégia política do consumo sustentável poderia funcionar como uma maneira de trazer problemas coletivos para a vida pessoal, aproximando as esferas privada e pública (PORTILHO, 2005).

CONCLUSÃO

A pesquisa abordou diversos temas relacionados a banana orgânica do Maciço da Pedra Branca, visando compreender, através dos discursos, as formas de consumo e trajetória deste produto. A posição que a banana possui atualmente nas feiras para os consumidores e produtores, bem como o modo que é realizado as compras nas feiras e como se referem à preferência pelo consumo, mostram a configuração de novas formas de ação política, devido a preocupação com os riscos alimentares e com os problemas ambientais.

Assim sendo, foram analisados os sentidos sociais da banana através dos discursos dos produtores e consumidores, seguindo o pensamento de Bourdieu (1996) que se refere ao ato de fala como sendo uma capacidade da linguagem que permite que hajam diferentes discursos formadores de ideologias e posicionamentos que podem ser sociais e políticos, como vimos nos jornais analisados.

Outra importante compreensão acerca dos sentidos sociais da banana esteve presente ao tratar das trajetórias desse produto, através de Appadurai (2008) e Kopytoff (2008), mostrando que a banana do Maciço da Pedra Branca não é tida apenas como uma coisa para os consumidores e produtores, mas que toda sua trajetória e valoração também precisam ser levados em consideração, pois, segundo Appadurai (2008), as trajetórias permitem que as coisas saiam somente do sentido econômico e ganhem uma significação que é social, como é o caso da banana do Maciço, que deixou de ser um

produto qualquer para trazer significações, por meio da sua história e cultura, não se tratando mais de uma banana que era tida como exótica e desvalorizada.

Além disso, outro fator importante é que, enquanto estive nessas feiras, percebi como as relações eram mais interativas. Os produtores, de um modo geral, demonstraram satisfação em atender seus clientes que, em boa parte, costumavam retornar com frequência.

É bem notório que as feiras são um espaço de trocas simbólicas, onde é possível perceber que as relações são mais afetivas e até mesmo mais íntimas, quando comparadas com uns supermercados, por exemplo. O produtor não para, está sempre arrumando seus produtos e dando atenção aos seus clientes, o que até dificultou um pouco o trabalho, uma vez que em alguns dias era difícil conversar com eles e realizar as entrevistas. Para isso era preciso chegar bem cedo, enquanto o movimento era ainda um pouco menor, no momento em que boa parte dos consumidores mais assíduos e empenhados em garantir o abastecimento de alimentos limpos para a semana costumam aparecer, pois, segundo eles, os alimentos são mais frescos e de maior qualidade, e enquanto ainda tem variedade.

A variedade dos produtos nas feiras orgânicas que foram pesquisadas é menor do que em feiras convencionais. A feira de Campo Grande ainda conta com mais barraquinhas do que a do Rio da Prata, sendo ambas bastante movimentadas. Alguns consumidores alegaram que é preciso chegar cedo para encontrar alguns produtos, que por serem em menor quantidade, acabavam rápido e/ou já ficavam muitas das vezes reservados por clientes que já tinha algum nível de amizade ou intimidade com os produtores e que, por isso, conseguiam anteriormente fazer reservas dos produtos que compram com maior frequência.

O modo como as feiras são vistas atualmente também mudou bastante. Acredito que a ampliação do consumo de alimentos orgânicos trouxe maior visibilidade para os feirantes, que quando perguntados sobre a produção e consumo atual, se referem a um momento de maior autonomia e reconhecimento, de modo que, para eles, hoje as feiras orgânicas trazem um diferencial que atrai pessoas de diversos lugares e conseguiu sobreviver às mudanças ocorridas nos últimos anos.

Percebi, ainda, que é essa maior visibilidade dos agricultores que vêm fornecendo produtos para consumidores de Vargem Grande, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Pequena, Camorim, Campo Grande, entre outros lugares. Porém, vale ressaltar que a agenda das feiras na zona sul implica em um custo elevado de frete e uma rotina cansativa para os agricultores que contam com pouca mão de obra familiar (FERNANDEZ E FERREIRA, 2015), como é o caso do seu Claudino²³, que em conversa relatou sua dificuldade para transportar seus produtos para a feira de Ipanema.

Observando a feira do Rio da Prata, pude encontrar, aos domingos, este agricultor vendendo suas bananas. Ele atua nesta feira e na feira de Ipanema. Seu Claudino transporta a banana produzida no Maciço também para a feira de Ipanema por meio de um transporte particular. O perfil do consumidor, segundo os discursos de Claudino, não muda muito. Ambos são engajados e preocupados com o consumo de alimentos orgânicos, pois os consideram mais saudáveis e sem riscos à saúde, de modo que os consumidores sabem a diferença entre o orgânico e o não orgânico.

²³ Seu Claudino é considerado um dos principais produtores/vendedores de produtos orgânicos do Maciço da Pedra Branca.

Já na feira de Campo Grande, pude conversar com a produtora / vendedora Madalena. As feiras lá ocorrem sempre aos sábados, a partir das oito horas, havendo mais barraquinhas do que a feira do Rio da Prata. Além das bananas, dona Madalena vende diversas outras hortaliças. Possui alguns clientes que já deixam os produtos previamente encomendados. Dona Madalena atua ainda em uma feira convencional localizada no bairro de Bangu, aos domingos, e costuma chegar lá por volta das cinco horas da manhã para montá-la. O interessante é que mesmo se tratando de uma feira convencional, muitos dos consumidores de lá procuram a banana de Dona Madalena exatamente por saberem que se trata de um produto orgânico e que, portanto, é diferenciado dos demais. Sendo assim, o que percebo é que, em ambas as feiras, existe um público consumidor que tem conhecimento do que é o produto orgânico e o consome por acreditar ser mais saudável que os demais e livre de riscos que possam ser prejudiciais à alimentação.

A pesquisa apontou ainda, por meio dos jornais analisados e entrevistas, os conflitos existentes atualmente no Maciço, mostrando que ainda existem interesses governamentais em defender o Parque Estadual da Pedra Branca, na tentativa de afastar a produção local com discursos que criminalizam a plantação. Porém, os discursos dos produtores, consumidores locais e até mesmo dos jornais G1 e O Globo mostram que apesar da produção ocorrer em um local onde há um parque, esta é feita de forma consciente, onde há a preocupação não apenas com a preservação ambiental, como também da proteção com os animais que habitam o local, além de ser uma produção que é responsável ainda para a alimentação familiar dos produtores e moradores do Maciço.

Com relação aos consumidores entrevistados nas feiras orgânicas de Campo Grande e do Rio da Prata, mesmo sabendo que estes não consomem apenas alimentos

orgânicos, seja pela facilidade para encontrar alimentos em supermercados, por causa dos preços, ou ainda outros fatores, percebo que os movimentos agroecológicos mantêm forte dinamismo atualmente e a preferência pelo consumo de orgânicos aumentou significativamente nos últimos anos.

Por fim, levando em consideração a análise dos discursos dos consumidores e produtores acerca da sociedade de risco de Beck (2011) e Giddens (2007), os alimentos orgânicos, tendo como objeto de estudo a banana, aparecem numa escala de alimentos saudáveis, puros, sustentáveis, numa relação de ética e responsabilidades socioambientais, de modo que os consumidores acreditam que comprando e consumindo esses produtos estão contribuindo para evitar os riscos que são gerados por meio de alimentos provenientes de origem desconhecida das indústrias ou da agricultura intensiva e que fazem uso de pesticidas e agrotóxicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Rio de Janeiro: Eduff, 2008.

BECK, Ulrich. Sobre a lógica da distribuição de riqueza e da distribuição de riscos. In: _____. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011. 2. ed.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba: Ed UFPR, n. 6, July-Dec 2002, pp. 11-28.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. pg. 112/121.

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. Trad. Paulo Montero. In: ORTIZ, R. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994.

CAMPBELL, Colin, 2006. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno, em Livia Barbosa (org.), Cultura, Consumo e Identidade. Rio de Janeiro, Editora FGV, 47-64.

CASTANEDA, Marcelo. Ambientalização e politização do consumo nas práticas de compra de orgânicos. Cad. CRH [online]. 2012, vol.25, n.64, pp.147-160.

CASTRO, Elisa G. Entre ficar e sair : uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Introdução e Conclusão pp. 37-62;389-401.

CASTRO, E; MARTINS, M et ali. Os Jovens estão indo embora?- juventude rural e a construção de um ator político. Cap. 4 “Juventude rural: a construção de um ator político”, pp. 161-189.

CORRÊA, Armando Magalhães. 1936. O sertão carioca. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

COMUNELLO, F.J. Movimentos sociais, agroecologia e circuitos no capitalismo. Ruris, v. 6, n.1, mar. 2012.

COMUNELLO, F.J. Os movimentos nos mercados: a formação dos circuitos agroecológico e orgânico. Encontro Nacional de Estudos do Consumo, 2010, Rio de Janeiro.

DELAGNELLO, Eloise Helena Livramento; RODRIGUES, Marcio Silva. Poder, discurso e mercado: reflexões a respeito dos limites e potencialidades da análise do discurso. II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. 2012. Florianópolis, Santa Catarina.

FERNANDEZ, A. O sertão virou parque: natureza, cultura e processos de patrimonialização. 2016. Estudos Históricos. vol. 29, no 57, p. 129-148, janeiro-abril.

FERNANDEZ, A.; BAPTISTA, S. A banana, o bananeiro e o lugar: A ressignificação de identidades territoriais a partir de mercados orgânicos e agroecológicos. II SIMPÓSIO INTERNACIONAL “ALIMENTAÇÃO E CULTURA: TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NA PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS”, 2016, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.

FERNANDEZ, A.; FERREIRA, F. O mercado de produtos orgânicos e agroecológicos: disputas e apropriações ideológicas. Encontro Anual da ANPOCS, 2015, Caxambu.

FERNANDEZ, A. Do sertão carioca ao parque estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FONSECA, F. O estudo do mercado de alimentos orgânicos (frutas, legumes e verduras) in natura no Estado do Rio de Janeiro: o caso da ABIO. 1999. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ (dissertação de mestrado).

FONSECA, M. F. et al. Circuito carioca de feiras orgânicas: a expansão da venda direta de alimentos orgânicos, o controle social, a regulamentação da agricultura orgânica e os princípios do comércio justo e solidário. III Colóquio da agricultura familiar e desenvolvimento rural. Porto Alegre, 2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/eventos/2011/III_Coloquio/arquivos_oficinas/Fonseca.pdf.

GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole. Tradução de Maria Luiza x. de A. Borges, 6. Ed, Record, Rio de Janeiro, 2007.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

G1 - O GLOBO. “Imagens mostram plantação ilegal de bananas em parque ambiental”. In: g1.globo.com. **G1 - O Globo**, Rio de Janeiro com.br, 27 de maio de 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/05/imagens-mostram-plantacao-ilegal-de-bananas-em-parque-ambiental-no-rio.html>. Acesso em: 21 de março de 2018.

JORNAL O GLOBO. “O Sertão Carioca”. In: www.oglobo.globo.com. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro com.br, 04 de outubro de 2015. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/rio/o-sertao-carioca-17660130>. Acesso em: 29 de março de 2018.

JORNAL O GLOBO. “Bananas de Vargem Grande se tornam Maravilha Gastronômica do Rio”. In: www.oglobo.globo.com. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro com.br, 10 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/bananas-de-vargem-grande-se-tornam-maravilha-gastronomica-do-rio-18436324>. Acesso em 11 de setembro de 2018.

JORNAL O GLOBO. “Produtores rurais do Rio tentam sobreviver à falta de incentivos”. In: www.oglobo.globo.com. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro com.br, 13 de julho de 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/produtores-rurais-do-rio-tentam-sobreviver-falta-de-incentivos-9021943>. Acesso em: 21 de março de 2018.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Rio de Janeiro: Eduff, 2008.

MUSUMECI, L. Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortifrutigranjeiros no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.

OLIVEIRA, R. R. de. As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de mata atlântica. Rio de Janeiro: PUC, 2005.

PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. Cadernos EBAPE.BR, v. 3, n. 3, p. 1-12, 2005.

PORTILHO, F.; CASTANEDA, M.; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. Revista Ciência e Saúde Coletiva. Número Temático Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva. 2011, vol.16, n.1, pp. 99-106.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M. Certificação e confiança face-a-face na feira de produtos orgânicos. IV Encontro Nacional da ANPPAS, 2008, Brasília.

EVANS-PRITCHARD, Sir Edward Evan. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

QUEIROZ, M. I. P. de. Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

MENASCHE, Renata. O ato de comer enquanto prática política. IHU On-Line, v. XIV, n. 442, p. 31-34, 2014.

RIBEIRO, Magda dos Santos. Por uma biografia das coisas: a vida social da marca Havaianas e a invenção da brasilidade. 2013. Etnográfica vol.17 no.2 Lisboa jun. 2013.

TRINDADE, Maria Fabiana Sales. Um turismo sob o domínio do mercado: O caso de Paraty (R.J.). 2017. Rio de Janeiro. Tese (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.